



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL –
PGPCI

FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO DA SILVA

MARGINALIZAÇÃO E ABANDONO:
O TRABALHO INFORMAL AMBULANTE EM JOÃO PESSOA-PB NOS
ANOS DE 2020 E 2021, AUGE DA PANDEMIA DO COVID-19.

JOÃO PESSOA-PB

2023



FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO DA SILVA

**MARGINALIZAÇÃO E ABANDONO:
O TRABALHO INFORMAL AMBULANTE EM JOÃO PESSOA-PB NOS
ANOS DE 2020 E 2021, AUGE DA PANDEMIA DO COVID-19.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr^o Vanderson Gonçalves Carneiro

Data da aprovação: 20/12/2023

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br VANDERSON GONCALVES CARNEIRO
Data: 09/04/2024 14:20:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Vanderson Gonçalves Carneiro
Orientador/ Presidente da banca examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA KRUTA DE ARAUJO BISPO
Data: 15/04/2024 15:53:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo
Examinadora Interna- PGPCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO**
Data: 11/04/2024 17:00:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Faustino Teatino Cavalcante Neto
Examinador Externo-UFCG

Documento assinado digitalmente
 **DARCON SOUSA**
Data: 10/04/2024 15:20:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Darcon Souza
Examinador Externo-UFCG

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Francisco de Assis Cordeiro da.

Marginalização e abandono : o trabalho informal ambulante em João Pessoa-PB nos anos de 2020 e 2021, auge da pandemia do Covid-19 / Francisco de Assis Cordeiro da Silva. - João Pessoa, 2023.

113 f. : il.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Coronavírus - Covid-19. 2. Ambulantes - Período pandêmico. 3. Gestão pública. 4. Políticas públicas. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves. II. Título.

UFPB/BC

CDU 578.834(043)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste momento formativo enseja para mim o fechamento de um ciclo que iniciou-se há muito tempo e não havia sido concluído, uma vez que eu já havia realizado estudo *stricto sensu*, mas não revalidado. Este momento, portanto, representa para mim o sentimento do dever cumprido, que poderia sim ter sido melhor, mas que me desafiou a conhecer e entender meus limites e trabalhar apesar deles. A exercitar a resiliência de forma a, parafraseando Mário Sérgio Cortela, “fazer o melhor que pude, com os recursos que pude, enquanto não posso fazê-lo melhor”.

Seria muito vago simplesmente agradecer, uma vez que este trabalho para mim não representa apenas um compilado de construções vocabulares. Constitui-se, antes de tudo, em uma coleção de momentos que nos últimos dois anos e meio consubstanciaram-se em desafios hercúleos, advindos dos 10 anos fora da academia e de processo de perda pessoal que me relegaram à depressão e, por fim, a não mais imaginar o retorno aos bancos, mesmo que remotos, de uma universidade para novamente fazer um mestrado.

Apesar dos desafios expostos, nesta pequena história agradeço a intervenção das pessoas que encontrei enquanto caminhava com as dores que sentia. Aquelas foram para mim, a medida certa para o êxito que hoje partilho nestas linhas. Inicialmente agradeço ao amigo-irmão Francis, que inúmeras vezes me incentivou a submeter-me às seleções de mestrado e que acabou conseguindo êxito. Ele sempre acreditou mais em mim do que eu mesmo. Obrigado meu irmão!

Agradeço aos colegas de mestrado. A todos que partilharam comigo essa empreitada e vivenciaram seus próprios desafios. Agradeço aos professores do PGPCI, em particular ao meu orientador, professor Vanderson Gonçalves Carneiro, pessoa humana como poucas vezes encontrei na academia. Nesta mesma sintonia agradeço à professora Carol Kruta, pela atenção que sempre utilizou no trato comigo e por ter aceitado o convite para compor a banca da minha defesa. Todos os professores do programa demonstraram, além de competência, importante comprometimento com a missão à qual se propuseram. No entanto, há sempre os que nos chamam a atenção pelo trato humano característico de sua atuação vocacionada, Vanderson e Carol são para mim esses professores.

Agradeço também aos amigos professores da UFCG, Faustino Teatino e Darcon Sousa, por aceitarem compor a banca e por toda a contribuição teórica que me proporcionaram nesta caminhada que está se encerrando, desde a qualificação. No caso de Darcon, agradeço inclusive pelas dicas de saúde, rsrs. Ambos para mim, além de professores e militantes sociais, tornaram-se amigos de extrema importância.

Agradeço à Professora Roselí Corteletti, a qual conheci quando cursei disciplina optativa na UFCG, relacionada ao meu tema de estudo no PGPCI-UFPB. Suas recomendações de leitura foram fundamentais para minha pesquisa. Agradeço a ela o interesse legítimo demonstrado na construção do conhecimento relacionado ao tema objeto da presente dissertação.

Nos minutos finais da pesquisa, a análise documental configurou-se um desafio significativo, considerando as dificuldades para obtenção dos documentos e procedimentos necessários para tal. Em momentos assim comumente a ajuda divina acontece, foi isso que senti quando fui extremamente bem recepcionado pela servidora do TCE-PB, Maria Zaira Guerra Pontes, que mesmo por telefone teve paciência para me ensinar como acessar as informações das quais necessitava.

O mais importante agradecimento faço à minha família, minha irmã Silvia e minha mãe Josefa, a qual chamávamos Isabel. A história de cada mãe que enfrenta restrições múltiplas para criar seus filhos se repete a cada dia nos mais diversos lugares do mundo. A de Isabel foi mais uma. Sua partida me adoeceu, mas hoje dedico a ela mais essa conquista em minha vida, assim como todas as que construir enquanto viver. Obrigado por tudo minha mãe! Sua neta, que leva seu nome, me lembra sempre do amor que nunca deixarei de sentir por você!

RESUMO

Esta dissertação analisa a forma com a qual os trabalhadores ambulantes são tratados nas ruas de João Pessoa, enfocando esta realidade no contexto pandêmico do Covid-19, destacando a avaliação da posição do poder público municipal no que se refere à implementação de ações e políticas públicas necessárias ao segmento no período estudado. A crise do emprego formal e o crescimento recorde da informalidade no Brasil e no mundo apresentaram questões reflexivas que contextualizaram nosso problema e nos permitiram consubstanciá-lo na seguinte pergunta de pesquisa: como a gestão do poder público municipal de João Pessoa-PB contribuiu para diminuir as implicações sofridas pelos ambulantes durante os anos de 2020 e 2021, auge do período pandêmico do Covid-19? A hipótese trabalhada defendeu que houve descaso com a categoria e, seguindo tendência histórica, a prefeitura de João Pessoa replicou o comportamento de outros municípios, em várias partes do mundo, ao reservar tratamento marginal para os ambulantes. O objetivo geral propôs-se a analisar o contexto dos trabalhadores informais ambulantes na cidade de João Pessoa durante o auge do período pandêmico do Covid-19 (2020-2021), levando em consideração as ações desenvolvidas pela gestão pública municipal direcionadas para estes trabalhadores. Os objetivos específicos buscaram: 1 - realizar pesquisa bibliográfica, com 'Revisão Sistemática de Literatura (RSL)' para identificar estudos que abordaram o fenômeno 'trabalho informal ambulante' no período amostral escolhido pela presente pesquisa e como os pesquisadores abordaram o tema; 2 - definir as principais implicações da pandemia do Covid-19 sofridas pela categoria durante o auge do período pandêmico; 3 - analisar as ações desenvolvidas pelo poder público municipal de João Pessoa para o segmento dos trabalhadores ambulantes durante o período estudado. Os resultados evidenciaram que ainda são poucos os estudos realizados, com critérios cientificamente válidos e replicáveis, capazes de discutirem de forma adequada o tema pesquisado. No entanto, os estudos catalogados pela RSL² apontaram para um quadro de negação de direitos e marginalização do segmento de forma estrutural e que potencializou-se na pandemia. Durante a pandemia os ambulantes da amostra analisada enfrentaram implicações econômicas, físicas, mentais e emocionais. No entanto, as conclusões confirmaram a hipótese e destacaram a inação da prefeitura para com os ambulantes no período pandêmico.

Palavras-chave: Gestão Pública, Ambulantes, Políticas Públicas, Covid-19.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the way in which street vendors are treated on the streets of João Pessoa, focusing on this reality in the Covid-19 pandemic context, highlighting the assessment of the position of the municipal public authorities with regard to the implementation of public actions and policies. necessary for the segment in the period studied. The formal employment crisis and the record growth of informality in Brazil and the world presented reflective questions that contextualized our problem and allowed us to substantiate it in the following research question: how did the management of municipal public power in João Pessoa-PB contribute to reducing the implications suffered by street vendors during 2020 and 2021, the height of the Covid-19 pandemic period? The working hypothesis defended that there was disregard for the category and, following a historical trend, the city of João Pessoa replicated the behavior of other municipalities, in various parts of the world, by reserving marginal treatment for street vendors. The general objective was to analyze the context of informal street vendors in the city of João Pessoa during the height of the Covid-19 pandemic period (2020-2021), taking into account the actions developed by municipal public management aimed at these workers. The specific objectives sought to: 1 - carry out bibliographical research, with 'Systematic Literature Review (RSL)' to identify studies that addressed the phenomenon of 'informal street work' in the sample period chosen for this research and how researchers approached the topic; 2 - define the main implications of the Covid-19 pandemic suffered by the category during the height of the pandemic period; 3 - analyze the actions developed by the municipal government of João Pessoa for the segment of street vendors during the period studied. The results showed that there are still few studies carried out, with scientifically valid and replicable criteria, capable of adequately discussing the researched topic. However, the studies cataloged by RSL2 pointed to a situation of denial of rights and marginalization of the segment in a structural way, which was heightened during the pandemic. During the pandemic, street vendors in the sample analyzed faced economic, physical, mental and emotional implications. However, the conclusions confirmed the hypothesis and highlighted the city hall's inaction towards street vendors during the pandemic period.

Keywords: Public Management, Street Vendors, Public Policies, Covid-19.

LISTA DE QUADROS

QUADROS GERAIS:

Quadro 1 - Realizando uma RSL – estágios, etapas e descrições.....	18
Quadro 2: procedimentos utilizados para realização da RSL.....	18
Quadro 3: Estado da Arte e Marco Teórico.....	21
Quadro 4: procedimentos realizados para execução da RSL2.....	32
Quadro 5: tipos de fontes e dados obtidos em cada uma.....	34
Quadro 6: Implicações sofridas pelos ambulantes no período pandêmico.....	69
Quadro 7: Implicações identificadas nas entrevistas.....	71
Quadro 8: etapas da análise documental.....	77
QUADROS DA RSL1:.....	81
Quadro 9: Critérios de inclusão.....	88
Quadro 10: Critérios de exclusão.....	88
Quadro 11: Critérios de qualidade (CQ).....	88
Quadro 12: Score.....	89
Quadro 13: critérios para extração.....	89
QUADROS DA RSL2:.....	90
Quadro 14: Critérios de inclusão.....	90
Quadro 15: Critérios de exclusão.....	90
Quadro 16: Critérios de qualidade (CQ).....	91
Quadro 17: Score.....	91
Quadro 18: critérios para extração.....	91

Quadro 19: Descrição da coleta de informações para contemplar o proposto nos objetivos específicos desta dissertação.....92

Quadro 20: Itens do checklist a serem incluídos no relato de revisão sistemática ou meta-análise, segundo a ‘Declaração Prisma 2020’93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL-1).....	16
2.1 Seguindo os passos de uma RSL: a pergunta-problema.....	16
2.2 O protocolo e os resultados obtidos:.....	17
2.3 Encontrando o Estado da Arte:.....	21
2.4 Do Estado da Arte ao Marco Teórico:.....	26
3 METODOLOGIA.....	29
4 TRABALHO: DEFINIÇÕES E CRISE.....	37
4.1 Nascimento do fenômeno trabalho e sua conceituação.....	37
4.2 Trabalho formal.....	40
4.3 Do trabalho informal à economia informal: discutindo conceitos.....	40
4.3.1 Trabalho informal.....	40
4.3.2 Setor informal.....	40
4.3.3 Informalidade.....	42
4.3.4 Economia Informal.....	42
4.4 Prognósticos do setor informal no Brasil e no mundo.....	42
4.5 Trabalho informal no Brasil durante a pandemia.....	43
4.6 Crise do trabalho: Indústria 4.0 e suas consequências para a informalidade.....	44
4.7 O trabalho informal e a academia.....	45
4.8 Quando o Estado se omite o trabalho é marginal!	47
4.9 João Pessoa e os ambulantes: uma relação conflituosa.....	52
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
5.1 Objetivo 1 – resultados e discussão, a partir da utilização da revisão bibliográfica (RSL2).....	54
5.1.1 Acrescentando à RSL2.....	65

5.1.2 Consolidando as discussões do objetivo 1.....	66
5.2 Objetivo 2 – resultados e discussões a partir da utilização das entrevistas – encontrando as implicações sofridas pelos ambulantes no período pandêmico.....	69
5.2.1 Contatos diretos – as entrevistas.....	70
5. 2.2 Considerações sobre as entrevistas.....	71
5. 2.3 Direto à análise.....	71
5. 2.4 Contexto latino-americano e realidade nacional.....	74
5.3 Objetivo 3 – resultados e discussão a partir da análise documental.....	76
5.3.1 PCA - Relatório de ‘Prestação de Contas Anual’ – TCE-PB.....	76
5.3.2 Código de Posturas do município de João Pessoa.....	77
6 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
APÊNDICE.....	87
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho desnuda a forma marginal com a qual os trabalhadores ambulantes são tratados nas ruas de João Pessoa, enfocando esta realidade no contexto da pandemia do Covid-19, destacando a avaliação da posição do poder público no que se refere à implementação das políticas públicas necessárias ao segmento.

A fim de contextualizar nossa proposta de pesquisa, vamos dividi-la em dois fenômenos, a saber: o trabalho formal assalariado¹; e o trabalho informal², dentro do mesmo sistema (capitalismo). O primeiro, desde o seu nascimento, sempre esteve ligado às mais importantes mudanças da história mundial contemporânea. Já o segundo nos remete às consequências de um processo de precarização laboral e crise do capitalismo. Esta realidade foi se consolidando ao longo do tempo e permitiu que o trabalho informal gerasse subdivisões complexas³, que merecem ser estudadas em suas particularidades. Para este estudo enfocaremos a subdivisão do ‘trabalho informal ambulante’.

Acontecimentos como os ensejados na “Primavera dos Povos” (HOBSBAWN, 2015) servem para consolidar nossa opinião de que, desde o seu nascimento, o trabalho e suas divisões, ou subdivisões, nunca formaram pontos pacificados. No entanto, os referidos acontecimentos correm o risco de serem superados por um cenário que aponta para a consolidação de uma das maiores crises capitalistas de todos os tempos (HARVEY, 2011)⁴. Atualmente o trabalho formal e o trabalho informal passam, fundamentalmente, pelo meio dessa crise. É exatamente no âmago do trabalho informal que está nosso objeto de estudo.

¹ É o tipo de ocupação formal regida por legislação trabalhista específica que gera obrigações mútuas entre empregado e empregador, em troca de um salário a ser pago ao empregado.

² Classifica-se como trabalho informal a atividade laboral de ocupação de mão de obra sem amparo legal que garanta o mínimo de seguridade social e direitos ao trabalhador.

³ À medida que a sociedade muda, os fenômenos ligados a ela também mudam. O trabalho informal está dentro desta realidade e aos poucos foi abrindo espaço para diversas subdivisões. A relação de informalidade atual tem se intensificado e aumentado a vulnerabilidade social de alguns trabalhadores dentro do próprio setor informal. Os ‘entregadores via plataformas’ e os ambulantes, por exemplo, são caracterizados como os mais socialmente vulnerabilizados dentro do setor informal pela própria condição de trabalho na qual sua atividade acontece.

⁴ Refiro-me à crise capitalista de 2008, da qual efetivamente o mundo ainda está tentando se recuperar e que deixou seqüelas que têm agravado, cada vez mais, a situação de fragilidade de instrumentos conquistados a duras penas pela classe trabalhadora, como é o caso das garantias advindas do Estado do Bem Estar Social, que aos poucos está sendo desmantelado em todo o mundo, apesar de também não ser o ideal para garantir a igualdade social necessária frente às incoerências e injustiças do atual sistema sócio-econômico.

O espaço geográfico a ser estudado é a cidade de João Pessoa-PB. Nosso estudo tem como tema delimitado a análise das ações desenvolvidas pela gestão do poder público municipal para diminuir as implicações sofridas pelos ambulantes de João Pessoa-PB durante o auge do período pandêmico do Covid-19 (2020-2021).

Uma das possibilidades que podem explicar a forma marginal com a qual os ambulantes são tratados em João Pessoa-PB seria o fato da atuação destes trabalhadores não estar satisfatoriamente prevista no ordenamento legal⁵ e urbano da cidade, como se a categoria fosse invisível. O exposto tem gerado anos de ações truculentas contra estes trabalhadores, a exemplo das constantemente noticiadas pela mídia pessoense e nacional no ano de 2019⁶.

Em João Pessoa, por causa da Covid-19, fechou-se o comércio durante os vários meses de auge da pandemia, o que impediu o trabalho de uma parte dos ambulantes e restringiu a atuação de outros. A necessidade de trabalhar destes informais os expôs a um perigo real e iminente. Neste contexto, a saída para garantir o mínimo de segurança social, alimentar e sanitária a esses trabalhadores seria uma possível ação efetiva do poder público. Diante do quadro exposto, a pergunta que nosso problema apresenta é: como a gestão do poder público municipal contribuiu para diminuir as implicações sofridas pelos ambulantes durante os anos de 2020 e 2021, auge do período pandêmico da Covid-19? A hipótese que apresentamos defende que houve descaso da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com a categoria dos trabalhadores informais ambulantes que atuaram no município durante o auge da pandemia e seguindo tendência histórica, a prefeitura replicou o comportamento de outros municípios, em várias partes do mundo, ao reservar tratamento marginal para este segmento.

⁵ Segundo as lideranças do movimento dos ambulantes o atual Código de Posturas do município precisa de atualização.

⁶ Seguem links de alguns destes enfrentamentos: Ambulantes protestam no centro de João Pessoa e ato tem tumulto com polícia e guarda municipal. Acessado em: 05/11/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/05/29/ambulantes-protestam-no-centro-de-joao-pessoa-e-ato-tem-tumulto-com-policia-e-guarda-municipal.ghtml>; Trabalhadores ambulantes ocupam prédio da prefeitura de João Pessoa no Centro. Acessado em: 05/11/2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2019/05/29/trabalhadores-ambulantes-ocupam-predio-da-prefeitura-de-joao-pessoa-no-centro>; Ambulantes interditam trânsito após ação da prefeitura no centro de João Pessoa. Acessado em 05/11/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/09/11/acao-da-prefeitura-retira-ambulantes-de-calcadas-do-centro-de-joao-pessoa.ghtml>

Seguindo a linha exposta, o presente trabalho tem como objetivo geral: ‘analisar o contexto dos trabalhadores informais ambulantes na cidade de João Pessoa durante o auge do período pandêmico da Covid-19 (2020-2021), levando em consideração as ações desenvolvidas pela referida gestão pública municipal para atender estes trabalhadores’. Já no âmbito dos objetivos específicos, destaca-se que o primeiro passo a ser realizado é a realização de pesquisa bibliográfica, com Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para identificar estudos que abordaram o fenômeno ‘trabalho informal ambulante’ no período amostral escolhido pela presente pesquisa e como os pesquisadores abordaram o tema; o segundo passo é definir as principais implicações da pandemia do Covid-19 sofridas pela categoria durante o auge do período pandêmico; e o terceiro passo é analisar as ações desenvolvidas pelo poder público municipal de João Pessoa para o segmento dos trabalhadores ambulantes durante o período estudado.

Os argumentos que problematizam nosso estudo e consubstanciam-se em nossa pergunta de pesquisa são mais do que suficientes para justificarem a criação de uma política pública que considere o setor informal em João Pessoa, e, no caso específico deste estudo, os informais que trabalham como ambulantes. Somado a isso, destacamos na justificativa desta dissertação que, durante o período pandêmico, o referido segmento não teve como gozar da proteção que a reclusão da quarentena ensejou, uma vez que o auxílio disponibilizado, no valor de R\$ 600,00, Reais, não era capaz de suprir as carências destes trabalhadores e suas famílias.

A fim de solidificar ainda mais nossa justificativa pelo tema em tela para este estudo e cumprir a contento o que demanda esta parte do trabalho, apresentamos argumentos sociais, pessoais, profissionais e científicos. No âmbito social e no pessoal, ganha relevo nossa anterior atuação como ambulante durante 10 anos e uma militância de 29 anos no movimento social, utilizando mais de 1/3 desse tempo para ajudar a organizar a luta dos trabalhadores informais ambulantes, em João Pessoa-PB. Recentemente, também atuei como assessor de comunicação e formação da União Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Camelôs e Feirantes do Brasil (Unicab), presente em nove Estados do país. No âmbito profissional destacamos nossa passagem, durante os anos de 2004 a meados de 2008, pela secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa, onde convivemos com a temática do trabalho informal e com ações de cadastramento e relocação de ambulantes.

No âmbito científico, justificamos esta pesquisa destacando que os seus resultados deixarão como legado o fortalecimento da discussão em torno de referenciais teóricos sobre o estudo dos negócios informais como desafio à prática da gestão pública. Em termos práticos, os resultados podem contribuir ainda com a melhoria das condições de trabalho da categoria, uma vez que abre o debate sobre a forma marginal e (i)legalmente invisível com a qual a categoria analisada é tratada pelo poder público. Por fim, os resultados podem ainda contribuir com a formulação e/ou aperfeiçoamento de documentos que contemplem, ao mesmo tempo, o ordenamento urbano previsto no Código de Postura Municipal de João Pessoa e a criação de uma política pública que em período normal e em momentos de emergência como a época da pandemia, trate estes trabalhadores como seres humanos, com todos os direitos inerentes a esta condição. Estes aspectos serão retomados, confirmados ou refutados em nossas conclusões.

No que se refere ao caminho metodológico, pretendeu-se desenvolver pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade descritiva. Neste sentido, foram realizados: levantamento bibliográfico, entrevistas e análise documental. Isto posto, a presente proposta fez uso da análise de livros, artigos, documentos oficiais, leis, matérias jornalísticas e afins. Desta forma, objetivou-se alcançar de maneira satisfatória os resultados almejados, percorrendo um caminho metodológico que permitisse a replicação científica desta pesquisa, bem como a aferição da sua validade acadêmica.

Este trabalho está composto por seis capítulos. O primeiro apresenta de forma detalhada o caminho traçado para o desenvolvimento de cada etapa; o segundo propõe a realização de uma Revisão Sistemática de Literatura a fim de encontrar o Estado da Arte e o Marco Teórico do tema em estudo; o terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa; o quarto buscou definir conceitualmente o trabalho, suas variações e mutações, de forma coerente com a linha do presente estudo; o quinto detalha os resultados e discussões pertinentes à pesquisa realizada; e, por fim, o capítulo 6, apresenta as conclusões e aportes do trabalho para a discussão sobre o tema em estudo.

2 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL-1)

A fim de esclarecimentos introdutórios à utilização desta técnica de pesquisa, cabe destacar que, neste trabalho utilizaremos a ‘Revisão Sistemática de Literatura’ (RSL) em dois momentos. O primeiro é este, que será chamado de RSL-1 e serviu para encontrar o Estado da Arte e apresentar o marco teórico. O segundo será realizado na metodologia desta dissertação, para ajudar na obtenção dos resultados da pesquisa propriamente dita, sendo denominado de RSL-2.

A RSL-1, objeto deste capítulo, buscou determinar o número de estudos que analisaram o trabalho informal ambulante, dentro do recorte escolhido⁷ para este momento da presente pesquisa. Os resultados obtidos foram analisados a partir da perspectiva de construção de um ‘Estado da Arte’, que somado às literaturas referenciadas por professores durante o período do nosso mestrado no PGPCI-UFPB, e da disciplina ‘Trabalho, Ação Coletiva e Políticas Públicas’ da UFCG, ajudaram a escolher o Marco Teórico utilizado nesta dissertação.

2.1 Seguindo os passos de uma RSL: a pergunta-problema.

Destacamos que, apesar da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) ser uma técnica relativamente nova, é cada vez mais utilizada para dar fiabilidade e possibilitar auditoria aos resultados alcançados por estudos que utilizam revisão bibliográfica como metodologia. A referida tem assumido, cada vez mais, importância entre autores experientes para otimização de resultados, com recortes tanto quantitativos, quanto qualitativos (GALVÃO e IVAN, 2019; CIA ALVES, 2022). Isto posto, destacamos que adentramos primeiro à contextualização da pergunta de pesquisa da RSL-1, aqui denominada de ‘pergunta-problema’ e, em seguida, apresentamos o protocolo para sua realização.

Seguindo o proposto, faz-se necessário destacar que, apesar do fenômeno ‘trabalho assalariado’ ter sido um dos elementos fundamentais para o nascimento e consolidação do capitalismo como sistema sócio-econômico (HOBSBAWN, 2015), sua generalização está longe de ser uma realidade e cresce a cada dia o número de desempregados atuando na informalidade (OIT, 2018). Mais preocupante que isto é constatar que “um mundo de

⁷ O recorte escolhido foi: artigos revisados por pares, realizados em qualquer parte do mundo, que apresentem estudos com a temática do trabalho informal ambulante, entre 2018 e 2022, nas Plataformas Scopus e Portal de Periódicos da Capes e que considerem os demais critérios pertinentes estipulados no quadro 2 dos anexos desta dissertação.

ausência de trabalho está se aproximando a passos largos” (RIFKIN, 1996), pelo menos o trabalho formal como conhecemos. Apesar do constante crescimento da informalidade, é de domínio público que historicamente a marginalização e exclusão dos ambulantes são recorrentemente utilizadas pelos mais diversos governos ao redor do mundo. Eles preferem tratar estes trabalhadores mais como um problema do que como um sintoma.

Diante do exposto, o contexto apresentado nos permite utilizar como 'pergunta-problema' a seguinte indagação: ‘De que forma os autores que estudam o trabalho informal ambulante trataram temas como marginalização, implementação de políticas públicas e responsabilidade estatal antes e durante o período pandêmico (2017-2022)?’

2.2 O protocolo e os resultados obtidos

A presente RSL segue, também, o que dispõem Cia Alves *et al.* (2022) ao destacarem a importância de utilizar-se os passos do Prisma⁸ a fim de otimizar a realização de uma revisão sistemática de literatura. Destacamos, no entanto, que os passos do Prisma foram complementados pela utilização da ferramenta Start (UFSCAR, 2017), um software criado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) para ajudar na realização de revisões sistemáticas.

Denominada a partir de agora de ‘RSL-1’, esta revisão de literatura dividiu-se em Planejamento, Execução e Sumarização. Estes momentos estão exaustivamente detalhados no 'quadro 1'. A pesquisa considerou os artigos revisados por pares nas bases de dados Scopus e ‘Portal de Periódicos da Capes’, com a utilização de 'strings de busca' compostas por palavras-chaves e descritores booleanos, definidos juntamente com os demais detalhes da pesquisa no 'quadro 2’.

⁸ A iniciativa PRISMA, também chamado de ‘Protocolo Prisma’ “consiste em uma lista de verificação de 27 itens e um diagrama de fluxo de quatro fases, comumente utilizados para avaliar as revisões sistemáticas de literatura e metanálises” da área de Saúde, mas, também, aplicável a qualquer outra área. O “Prisma” que utilizamos neste trabalho segue a ‘Declaração Prisma 2020’, que atualiza as referidas orientações. A utilizamos tanto para a RSL1, quanto para a RSL2. Os procedimentos utilizados em ambas podem ser conferidos na página oficial da iniciativa PRISMA: <https://guides.lib.unc.edu/prisma>.

Quadro1 - Realizando uma RSL – estágios, etapas e descrições

Estágio	tapa	Descrição
Planejamento	1	Identificação/formulação do problema de pesquisa Criação do objetivo da pesquisa Criação de protocolo ⁹
Execução	2	Coleta da literatura (livros, artigos, teses, documentos, artigos não publicados, etc.)
	3	Coleta das informações de cada estudo
	4	Avaliação da qualidade dos estudos
Sumarização	5	Análise e síntese dos resultados dos estudos
	6	Interpretação dos dados coletados
	7	Resumo dos resultados de pesquisa

Fonte: Adaptação nossa a partir do apresentado por Figueiredo Filho, Dalson Britto et al (2014), Cia Alves et al. (2022) e da ferramenta Start.

Quadro 2: procedimentos utilizados para realização da RSL

Informações	Nº das Strings	Critérios¹⁰		
		Termos das Strings + conectores booleanos	Base de dados da Scopus	Portal de Periódicos da Capes
Termos presentes nos títulos,	1	“vendedores ambulantes” AND “marginalização”	7 documentos	0 documentos
	2	“gestão pública” AND “vendedores ambulantes”	1 documentos	04 documentos
	3	“Trabalho informal” AND “resistência”	0 documentos	1 documentos

⁹ Nosso protocolo foi uma adaptação de estudos anteriores e de elementos utilizados pela ferramenta Start.

¹⁰ Todas as palavras chave foram traduzidas ao inglês antes de serem submetidas ao Scopus.

palavras-chave ou resumos. + Utilização de conectores booleanos	4	“vendedores ambulantes” AND “Covid-19” OR “pandemia”	36 documentos	50 documentos	
	5	“Políticas Públicas” AND “vendedores ambulantes”	10 documentos	0 documentos	
	6	“Estatuto da Cidade” AND “Ambulantes”	-----	0 documentos	
	7	“Plano diretor” AND “Ambulantes”	-----	0 documentos	
	8	“Trabalho informal” AND “Política Pública”	-----	1 documento	
	9	“Ambulante” AND “Estatuto da Cidade”	-----	0 documento	
	10	“Trabalhador Ambulante” AND “Plano diretor”	-----	0 documento	
	11	“Trabalhador Ambulante” AND “Código de postura”	-----	0 documento	
	12	“Trabalho informal” AND “Covid-19”	-----	02 documentos	
	Plataformas de busca	Base de dados Scopus Portal de Periódicos da Capes ¹¹			
	Período	Últimos 5 anos (2017 – 2022)			
		Scopus	10/05/2022 31/05/2022 16/06/2022		

¹¹ A pesquisa no Portal da Capes considerou os seguintes critérios adicionais: incluiu os filtros ‘Revista de Administração Pública’ e Scielo Brasil.

Datas das buscas	Portal de Periódicos da Capes	20/10/2022 21/10/2022 07/11/2022		
Idioma	Inglês, Português, Espanhol			
Parâmetros de seleção	Critérios de inclusão Critérios de exclusão Critérios de qualidade (CQ) Score			
Software de análise dos dados	Start			
Total de estudos				
Por base de dados			54	58

Fonte: Elaboração própria com base em Cia Alves *et al* (2022)¹² e na ferramenta Start

Após a coleta dos estudos selecionados nas bases de dados, os resultados obtidos foram exportados para a ‘Start’ em arquivo Bibtex e lá classificados a partir de um protocolo que contempla também elementos do Prisma. Esta dinâmica permitiu celeridade na classificação dos estudos a partir da consideração dos critérios estabelecidos para a RSL-1, que seguem detalhados nos quadros abaixo citados.

Seguindo a lógica do Prisma e da ferramenta Start, foram estabelecidos critérios de inclusão (quadro 9 do apêndice) e exclusão (quadro 10 do apêndice), bem como critérios de qualidade (quadro 11 do apêndice) e um Score (quadro 12 do apêndice) que pontuou cada trabalho de acordo com as vezes que cada palavra chave apareceu no título, resumo ou palavra-chave de cada artigo encontrado. A ferramenta também nos permitiu separar os

¹² Em alguns aspectos deste trabalho fizemos algumas adequações. Neste quadro, ao considerarmos a elaboração feita, aceitamos também que os resultados fossem mesclados com o protocolo, mesmo tendo na nossa divisão do presente trabalho um momento posterior onde os resultados serão exclusivamente detalhados e debatidos.

arquivos a partir da utilização de critérios para a extração dos trabalhos (quadro 13 do apêndice).

Ao todo, as bases de dados utilizadas permitiram o levantamento de 112 artigos dentro do recorte já exposto nos quadros acima. Após a triagem realizada pela ferramenta Start, considerando os critérios dos quadros citados, restaram 12 artigos, que foram lidos, fichados e seguem abaixo considerados para discussão do Estado da Arte e adoção do Marco Teórico.

2.3 Encontrando o Estado da Arte

Considerando o norte apresentado pela nossa 'pergunta-problema', que propõe-se a responder 'De que forma os autores que estudam o trabalho informal ambulante trataram temas como marginalização, implementação de políticas públicas e responsabilidade estatal antes e durante o período pandêmico (2017-2022)?', destacamos que, inicialmente, os estudos analisados, dentro do recorte adotado, apresentam um Estado da Arte composto pela construção de discussões reveladoras da importância dos trabalhadores ambulantes e seu impacto na economia global (UNNI, 2020). As referidas também alertam para os desafios enfrentados pela categoria durante a pandemia da Covid-19, aspecto este elencado por grande parte dos estudos analisados (ALFORD, UMA e POTTINGER, 2019), (NYABEZE e CHIKOKO, 2021), (ROMERO-MICHEL *et al*, 2021), (SONG, 2020), (UNNI, 2020). O quadro abaixo apresenta as discussões em torno dos temas catalogados nos estudos da RSL1.

Quadro 3: Estado da Arte e Marco Teórico

De que tratam os estudos	Estudos analisados	Resumo dos estudos analisados	O que indica o Marco Teórico
Importância do trabalho informal;	(UNNI, 2020; SONG, 2020; CUVI, 2019; AHMED, 2021)	Trabalhadores informais, dentre eles os ambulantes, crescem vertiginosamente, bem como a precarização de sua atuação. Atualmente os informais compõem o principal setor da economia global.	Os ambulantes sofrem processo estrutural de exclusão social e marginalização dentro do sistema capitalista. Esta realidade foi contextualizada na RSL1 a partir das discussões iniciadas por Marx

Desafios enfrentados pelo segmento, particularmente pelos ambulantes;	(ALFORD, UMA e POTTINGER, 2019; NYABEZE e CHIKOKO, 2021; ROMERO-MICHEL <i>et al.</i> , 2021; SONG, 2020)	Cenário de precarização apresentado demanda urgente criação de políticas públicas que trabalhem situação de marginalização e exclusão social vivenciada pelos ambulantes e sua inclusão na agenda de pesquisa da academia em todo o mundo.	(1979) e a partir do que ele conceituou chamar de “exército industrial de reserva” e José Luís Nun adaptou para a realidade latino-americana como massa marginal (NUN, 1969). Ambos os conceitos são abordados no marco teórico.
Exclusão financeira e omissão estatal;	(AHMED, 2021; MARTÍNEZ, JOHN e ESTRADA, 2018; NANDRU, 2021; SABELLA e EL-FAR, 2019; MALASAN, 2019).	Os estudos propõem reflexão a respeito das causas da marginalização sofrida pelos ambulantes.	

Fonte: elaboração própria

Considerando o contexto exposto, cabe destacar que os referidos autores, apesar de analisarem o fenômeno do 'trabalho informal ambulante' com recortes diferentes, apresentam nos 'resultados e conclusões' das pesquisas catalogadas, elementos que dialogam e se complementam no intuito de construir posição coerente que viabilize propostas emancipatórias para a categoria analisada. Neste sentido, as conclusões demonstram que há uma urgente necessidade de construção de políticas públicas que contemplem satisfatoriamente os trabalhadores ambulantes. Entendemos que tais políticas devem considerar a situação de vulnerabilidade e marginalização social e econômica, vividas pelos trabalhadores informais ambulantes, ambas evidenciadas e pioradas durante o período da pandemia do Covid-19.

As discussões apresentadas pelos estudos acima referenciados propõem ainda uma justa reflexão sobre a importância da realização de pesquisas científicas que contemplem o fenômeno do trabalho informal, e neste recorte em específico, o trabalho informal ambulante.

Segundo dados da ‘Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios-Contínua’ (Pnad-Contínua), realizada trimestralmente pelo IBGE, nos anos de 2020 e 2021 (auge da pandemia do Covid-19) o número de trabalhadores atuando na informalidade variou entre 36% e 41% da população ocupada no Brasil. O fato exposto é alarmante e chama a atenção para uma outra realidade: segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2019 o Brasil estava classificado em 5º lugar no ranking de maior número de trabalhadores na informalidade. Já em 2018 o órgão chamava a atenção também para o fato de 2/3 da força de trabalho global estarem na informalidade.

Conforme explicado acima, e considerando o que apontam os resultados de nossa RSL-1, entendemos como lógica a defesa do argumento que apresenta como urgente a inclusão do fenômeno aqui estudado (trabalho informal ambulante) na agenda de pesquisa do meio acadêmico em todo o mundo.

Os resultados da RSL-1, traduzidos nos argumentos que aqui expomos, nos convidam a refletir e destacar que, dada a importância do tema, é ainda insipiente o número de pesquisas realizadas a partir de critérios cientificamente fiáveis e replicáveis (como os que usamos para compor a RSL-1), que abordem o fenômeno da informalidade, particularmente a informalidade dos trabalhadores ambulantes. Nosso estudo está dentro de uma realidade de exclusão e marginalização dos trabalhadores informais ambulantes, a qual foi exaustiva e convenientemente estudada na RSL-2.

Os estudos elencados na RSL1 trazem, também, discussões pertinentes sobre o perfil dos ambulantes no ‘Norte’ e no ‘Sul Global’, destacando a forma marginal como eles são tratados nos diversos rincões do globo. China, Índia, Espanha, Brasil e outros países da América Latina formam, apenas, parte do corpo geográfico estudado para a formulação deste Estado da Arte. Considerando a particularidade social e cultural de cada uma dessas nações, entendemos que cada pesquisa aqui analisada aporta contribuições particularmente relevantes ao entendimento do fenômeno em tela.

No caso específico do Brasil, destacamos o estudo realizado por Cuvi (2019), que apresenta um perfil para os vendedores ambulantes formado por um segmento marginalizado (por vezes até mesmo dentre os próprios trabalhadores informais), com baixa escolaridade, no qual quase a metade é composta por pessoas afrodescendentes, de baixa instrução escolar e migrantes ou filhos de migrantes nordestinos.

Ahmed (2021) nos apresenta um estudo interessante sobre o processo de exclusão e marginalização do qual os ambulantes são vítimas em Karachi, no Paquistão. O estudo que na sigla em inglês está intitulado: “Examining Challenges Experienced by Street Vendors in the Global South: Case of Karachi” (“Examinando os desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes no Sul Global: Caso de Karachi” – tradução nossa), demonstra como o dia a dia dos ambulantes no outro extremo do planeta reflete uma realidade que, em nosso entender, é exatamente a mesma vivenciada aqui no Brasil, e também em João Pessoa-PB, espaço geográfico de nossa amostra de pesquisa.

O estudo buscou examinar os desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes em Karachi, destacando a importância do segmento para a economia do Sul global. A metodologia adotada fez uso de estudo de caso em três localidades do distrito sul de Karachi. As técnicas para documentação e análise basearam-se em entrevistas abertas com vendedores ambulantes e funcionários envolvidos, além de notas de campo de conversas com funcionários governamentais. Os resultados demonstraram a tenacidade dos vendedores em negociar um nicho para suas operações em um contexto urbano desafiador, sem qualquer facilitação dos órgãos municipais ou do setor formal. O relato abaixo apresenta tratamento dispensado aos ambulantes de Karachi:

Como muitas grandes cidades do sul global, Karachi possui uma rica tradição de vendedores ambulantes que vendem mercadorias e prestam serviços a uma clientela expandida. Esses fornecedores são categorizados como empresas informais devido à ausência de qualquer cobertura legal. Em situação tão precária, despejos, confisco de bens, demolição de estruturas estáticas ou permanentes agregadas ao local de trabalho, é uma situação comum enfrentada por eles diariamente. (AHMED, 2021, p. 1 - tradução nossa).

A citação acima representa uma situação de marginalização vivenciada pela categoria, nos mais diversos países que compõem a RSL1. O autor deixa clara a negação de direitos como uma das características do tratamento dispensado pelas autoridades aos trabalhadores ambulantes. Esta foi, aliás, uma das tônicas mais fortes apresentadas pelos resultados das pesquisas analisadas neste Estado da Arte.

Saindo do Sul para o Norte Global, um estudo emblemático, catalogado é o que expõe o título: “Re-articulating Labour in Global Production Networks: The Case of Street Traders in Barcelona” (“Re-articulando o Trabalho em Redes Globais de Produção: O Caso dos Comerciantes de Rua em Barcelona” – tradução nossa), que mostra como trabalhadores precários, por meio de seus engajamentos com as GPNs, (Redes Globais de Produção), são

capazes de rearticular sua marginalização social, econômica e política por parte de atores estatais e da sociedade civil.

As dificuldades e situações de marginalização e exclusão são as mesmas, seguindo a lógica de invisibilizar o problema e tratar os trabalhadores ambulantes informais como se fossem a causa, não um sintoma. A literatura trabalhada no estudo enfatiza a resistência dos trabalhadores ambulantes “manteiros” (aqueles que vendem produtos de maneira informal estendendo mantas nas ruas da cidade) nas ruas de Barcelona, a fim de superar a marginalização imposta pelo que os autores chamaram de Rede Global de Produção, comumente formada por atores estatais e da sociedade civil, a saber: as empresas formalmente constituídas. Os resultados do estudo sugerem que há momentos nos quais os trabalhadores precários podem “rearticular” sua posição e reformular narrativas estigmatizantes relacionadas à sua marginalização social, econômica e política por meio de engajamentos criativos com redes globais de produção. A realidade destes trabalhadores é muito parecida com a que vivenciam os de Karachi e pode ser traduzida na citação abaixo:

Assédio policial e ameaças de violência ou deportação fazem parte do cotidiano dos manteiros. Para minimizar os riscos de ferimentos ou prisões, eles colaboram na rua, revezando-se para vigiar os policiais à paisana. (...) Além disso, destacam que os discursos de ilegalidade são invocados por poderosos interesses privados e estatais, pela polícia e por políticos locais de direita para marginalizar ainda mais os manteiros e obter ganhos políticos. (ALFORD, UMA e POTTINGER, 2019, p. 14-21- tradução nossa).

No caso específico do estudo que apresenta a citação acima, os autores destacam a resiliência dos vendedores ambulantes de Barcelona, uma vez que estes se organizaram para resistir à forma marginal com a qual são tratados. Para consecução de tal fim, a criação de entidades sociais tem sido uma das principais estratégias. Sendo assim, Alford, Uma e Pottinger (2019, p. 17), destacam que é nesse contexto que nasce o primeiro sindicato dos vendedores Informais Ambulantes da Europa, em 2015, com o nome: "Sindicato Popular de Vendedores Ambulantes de Barcelona".

A iniciativa, segundo apresentam os resultados do estudo, além de mudar a autopercepção dos trabalhadores ambulantes manteiros de Barcelona, também os ajudou a melhorar sua autoestima, permitindo um canal de diálogo com o governo e sua máquina estatal. No entanto, a situação de marginalização continua sendo uma realidade e a luta em defesa de direitos uma necessidade contínua.

Apesar de todos os estudos dessa RSL abordarem o complexo processo que gera a marginalização dos ambulantes, cabe aqui destacar também as abordagens que enfocam o

processo de exclusão financeira e a omissão estatal da qual o segmento é vítima. (AHMED, 2021), (MARTÍNEZ, JOHN e ESTRADA, 2018), (NANDRU, 2021), (SABELLA e EL-FAR, 2019), (MALASAN, 2019). Os autores abordam o tema, mas convidam também a uma importante reflexão a respeito das causas da marginalização sofrida pelos ambulantes. O tema da marginalização dos ambulantes é objeto de discussão mais ampla na abordagem que apresentaremos a respeito do marco teórico eleito para essa dissertação.

2.4 Do Estado da Arte ao Marco Teórico

Os estudos catalogados no Estado da Arte desta dissertação apresentaram, guardadas as particularidades de cada um deles, discussões que nos levam a refletir sobre os mais diversos aspectos envolvidos no tratamento dispensado pelos Estados modernos ao segmento do trabalhador informal ambulante em todo o mundo (Norte e Sul Global¹³). Os problemas enfrentados por estes trabalhadores, em nosso entender, resultam de uma mesma raiz: a marginalização a eles reservada pela estrutura do sistema socioeconômico vigente (capitalismo). O marco teórico proposto para este trabalho, portanto, busca focar essa marginalidade, que caracteriza-se não só pela negação de direitos, mas, também, pela alocação dos “desocupados” como uma massa disponível aos interesses capitalistas. Para camuflar o crescimento do que o argentino José Luís Nun (1969) chamou de “massa marginal”, geram-se situações que, ao longo das décadas, têm perpetuado a exclusão e negação de direitos aos trabalhadores informais, os ambulantes dentre eles. Neste contexto, cabe destacar que a situação vem piorando ao longo do tempo, uma vez que o descaso com o devido enfrentamento dos fatores que geram o desemprego tem contribuído para aumentar, cada vez mais, o número da informalidade no mundo (C. C. DE SOUZA, 2005).

O nível atual da marginalização de parte da mão de obra disponível para o trabalho, bem como as discussões a respeito do crescimento da informalidade atualizam uma reflexão proposta por Marx ao discorrer sobre o "exército industrial de reserva" (MARX, 1979). O tema motivou debate entre os mais diversos autores em todo o mundo (NUN 2001; ANTUNES, 2018; RIFKIN, 2014; ALVES e SARAH, 2012; BURNETT, 2013; MÉSZÁROS, 2021; KOWARICK, 1985) ao longo dos anos e os levou a apresentar diversas propostas de formatação que correspondessem satisfatoriamente ao que demandam as mudanças ocorridas nas últimas décadas com o mundo do trabalho.

¹³ De uma forma simplificada destacamos que, por Norte e Sul Global entende-se respectivamente como ‘países economicamente desenvolvidos’ e ‘países com economias em desenvolvimento’.

Após intensos debates e, considerando o contexto latinoamericano, o argentino José Luís Nun propôs em 1969, por meio de um artigo intitulado: “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”, sua teoria a respeito do que ele chamou de "massa marginal", a qual tomamos como marco teórico para esta dissertação, aportando a ela algumas atualizações propostas pelo próprio autor em março de 2000 no texto: O futuro do emprego e a tese da massa marginal (NUN, 2000).

Em um cenário de crescimento vertiginoso da informalidade (IBGE, 2020), o autor usa o texto acima para corroborar aportes próprios e opiniões que defendem uma realidade onde "em todos os países pós-industriais encaminhamo-nos para um capitalismo sem trabalho" (BECK, 1997: 51).

Nun (2020) deixa claro que, ao criar a teoria da massa marginal, seu objetivo foi destacar a relação entre ela e a forma de desenvolvimento do sistema capitalista. A proposta de Nun (1969) foi tomada como referencial para este trabalho por abordar uma adaptação do conceito de ‘exército industrial de reserva’ (MARX, 1979), a partir da realidade específica da América Latina e por a entendermos coerente com o que estudamos na análise do fenômeno em tela.

O autor apresenta reflexão sobre um cenário de pauperização gerado a partir da modernização do processo produtivo capitalista em países periféricos, no caso específico, os latinoamericanos. A precarização do trabalho e o fortalecimento do exército industrial de reserva foram as duas expressões mais fortes destacadas por essa teoria. É dentro desse exército, incrementado por particularidades contemporâneas características da massa marginal, que estão os ‘trabalhadores informais de rua’, comumente chamados de ‘ambulantes’.

Passado mais de meio século desde a referida formulação de Nun, tanto a ‘precarização trabalhista’, quanto o ‘exército industrial de reserva’ (como já dito: proposto por Marx, e por tanto, com idade conceitual maior), trabalhados por Nun, continuam atuais e orientam as reflexões em torno das discussões sobre os fenômenos ligados à organização sócio-econômica que deve gerir a sociedade a fim de que tenhamos menos exploração e mais justiça social.

Lembramos que neste trabalho nos atemos a focar em nosso marco teórico o processo de marginalização dos trabalhadores informais ambulantes. No entanto, entendemos

que a referida decorre de um crescente aumento da precarização trabalhista (ANTUNES, 2018), assim como de um desenvolvimento tecnológico assustador (RIFKIN, 2014) e da diminuição do emprego em todo o mundo, levando, como já citado neste trabalho, à preocupante realidade onde quase dois terços da População Economicamente Ativa (PEA) mundial estão na informalidade (OIT, 2018). Parte das conseqüências desta realidade ensejou mote para debate nos capítulos que compõem esta dissertação.

Basta uma rápida passagem pelos noticiários para averiguarmos que cresce a cada dia o ‘exército industrial de reserva’. No entanto, diminui ainda mais rápido o objeto desta reserva: o emprego. Sendo assim, a discussão que também se coloca é a análise das formas como os "desocupados" encontram para sobreviver. Conforme já exposto, a informalidade é a principal delas. Dentro da informalidade, a mais precária e marginalizada subdivisão, nos mais amplos aspectos, é o trabalho informal ambulante, objeto deste estudo.

A fim de garantir a necessária coerência entre as diversas partes que compõem este trabalho acadêmico, relembramos que nosso caminho metodológico desenvolveu pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade descritiva. Neste sentido, aclaramos que os procedimentos metodológicos nos direcionaram a encontrar resultados que permitiram o diálogo com o proposto neste marco teórico.

3 METODOLOGIA

Seguindo o disposto por Fonseca (2012), observa-se que a atividade de pesquisa deve voltar-se à solução de problemas. Esta prática é fundamental ao desenvolvimento da sociedade. No entanto, é necessário também que a academia se mostre cada vez mais sensível aos diversos contextos que se apresentam na sociedade contemporânea.

Este trabalho adota a realização de pesquisa de natureza básica. Para Prodanov e Cesar de Freitas (2013), esta proposta caracteriza-se pela geração de novos conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais.

A presente pesquisa classifica-se ainda como exploratória e descritiva. Sobre o primeiro aspecto, Prodanov e Cesar de Freitas (2013) destacam que a pesquisa é exploratória quando busca proporcionar mais informações sobre o assunto, assumindo, geralmente, as formas de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso, apresentando planejamento flexível, o que permite vários ângulos para a análise do tema. Já na conceituação do aspecto descritivo, os autores destacam tratar-se de momento onde se busca, como o próprio nome sugere, "descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis." (PRODANOV e CESAR DE FREITAS, 2013, p.52).

Na tentativa de refutar a resposta hipotética pertinente, apresentada em nossa introdução para o problema ali contextualizado, nossa abordagem, além de qualitativa, caracteriza-se como uma análise hipotético-dedutiva. "Enquanto no método dedutivo procura-se a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la". (GIL, 2008, p.12). Isto posto, a fim de melhor contribuir com o entendimento do nosso caminho metodológico relembramos que assumimos como hipótese a possibilidade de que 'houve descaso da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com a categoria dos trabalhadores informais ambulantes que atuaram no município durante o auge da pandemia (2020-2021), e seguindo tendência histórica, a prefeitura replicou o comportamento de outros municípios, em várias partes do mundo, ao reservar tratamento marginal para o segmento supracitado. Seguindo a lógica hipotético-dedutiva, tentaremos refutar esta construção hipotética.

A presente metodologia utilizou-se de três técnicas para cumprir o proposto nos objetivos deste trabalho, a saber: revisão de literatura, pesquisa documental, contatos diretos

(entrevistas). A fim de esclarecer satisfatoriamente cada um deles, os apresentamos abaixo de forma detalhada.

3.1 - Revisão Sistemática de Literatura (RSL)

A técnica de RSL foi instrumento importante nesta dissertação, havendo sido utilizada, tanto na obtenção do Estado da Arte e Marco Teórico, quanto no presente momento metodológico, a fim de contribuir com os resultados desta pesquisa. Neste momento a utilizamos para coletar dados que respondessem ao objetivo específico 1 e apresentamos sua aplicação de forma detalhada a partir de agora.

3.1.1 Executando a RSL2:

É correto afirmar que o método de levantamento bibliográfico propõe um exaustivo e rigoroso procedimento. Neste contexto, conforme nos asseguram Marconi e Lakatos (2003), torna-se evidente que tal momento deve estar pautado em rigor técnico e métodos replicáveis. Considerando o exposto, e a fim de otimizar nossos resultados, tornou-se ainda mais necessário que replicássemos a RSL na presente metodologia, que a partir de agora será chamada de ‘RSL-2’ e permitirá, com os descritores adequados, a obtenção de dados que contribuam com este trabalho de pesquisa. Aos resultados da RSL2 serão somados aportes de autores indicados por professores que já estudam a temática e que serão considerados nos resultados desta pesquisa.

A utilização da RSL também como um dos instrumentos a contribuir na busca dos resultados desta dissertação se dá em função da referida técnica permitir, comprovadamente, uma satisfatória padronização, fiabilidade e replicabilidade aos resultados apresentados. Lembramos que por tratar-se de técnica utilizada duas vezes na mesma dissertação, a sua conceituação teórica já foi realizada na primeira utilização, nomeada de ‘RSL1’ e disposta no ‘capítulo 2’ deste trabalho.

Tanto na aplicação da RSL1, quanto na da RSL2 foram seguidas as orientações previstas no ‘Protocolo Prisma’¹⁴ para estudos que utilizam revisões sistemáticas de literatura. Desta forma, dividiu-se a aplicação das RSL’s em três partes, a saber: Planejamento, Execução e Sumarização.

¹⁴ Trata de um check-list de 27 recomendações a seguir-se a fim de dar fiabilidade e validade acadêmica às revisões sistemáticas de literatura.

O primeiro momento foi a criação do protocolo de aplicação, o que demandou a produção de elementos específicos, que serão expostos a partir de agora. A RSL2 considerou artigos que respondessem a pergunta específica sobre nosso objeto e retratassem análise realizada sobre o auge do período pandêmico. As plataformas utilizadas foram: Scielo, Scopus e ‘Web Of Science’. O detalhamento total da aplicação segue exposto no quadro 4.

3.1.1.1 A pergunta da RSL2 e o objetivo traçado para ela

Lembramos que cada RSL tem uma pergunta de pesquisa própria e um objetivo correspondente a esta pergunta. Iniciaremos a RSL2 contextualizando esta pergunta de pesquisa. Como já exposto, o trabalho informal atualmente responde por dois terços da mão de obra ocupada no mundo, segundo a OIT (2018). Considerando que os ambulantes estão classificados dentre os mais vulneráveis grupos deste segmento, a forma como a gestão pública os tratou durante o auge da pandemia de Covid-19 gerou para eles inúmeros problemas sociais, tornando pertinente o interesse acadêmico sobre o tema. Considerando o exposto, a pergunta-problema elencada para a RSL2 propôs a seguinte questão: ‘como as gestões públicas municipais do Brasil e do mundo atuaram para diminuir as implicações sofridas pelos ambulantes durante o auge da pandemia do Covid-19 (2020-2021). A fim de responder a esta indagação, o presente momento estabeleceu o objetivo de ‘identificar os estudos acadêmicos que analisaram o tratamento que as gestões públicas municipais deram aos ambulantes durante o auge do período pandêmico do Covid-19 e observar como os autores abordaram o tema’.

Lembramos que esta RSL considerou que os eventos realizados nos anos de 2020 e 2021 (período elencado por nós como auge da pandemia), foram retratados em estudos publicados nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. O fato exposto justifica que a RSL2 tenha avaliado as publicações destes anos.

Quadro 4: procedimentos realizados para execução da RSL2

Informações	Nº das Strings	Critérios ¹⁵ Termos das Strings + conectores booleanos	BASES DE DADOS PESQUISADAS		
			Base de dados da Scielo	Base de dados da Scopus	Base de dados da Web Of Science (WOS)
Termos presentes nos títulos, palavras-chave ou resumos. + Utilização de conectores booleanos	1	ambulantes ¹⁶	X		
	2	“street work” AND “pandemic”			X
	3	‘street’AND‘vendors’ AND‘pandemic’		X	
Período	Últimos 4 anos (2020 – 2023)				
	Scielo	02/11/2023			
	Scopus	02/11/2023			
Datas das buscas	Web Of Science (WOS)	03/11/2023			
Idioma	Inglês, Português, Espanhol				

¹⁵ Todas as palavras chave foram traduzidas ao inglês antes de serem submetidas ao Scopus.

¹⁶ Conforme exposto nos anexos 1,2, e 3, após utilização de grande número de strings, a mais apropriada para a busca na ‘base de dados Scielo’ foi a que não utilizou conectores booleanos, neste caso, a que utilizou o termo: ambulantes.

Parâmetros de seleção	<p>Critérios de inclusão (quadro 14)</p> <p>Critérios de exclusão (quadro 15)</p> <p>Critérios de qualidade (quadro 16)</p> <p>Score (quadro 17)</p> <p>Critérios de extração (Quadro 18)</p>
Software de análise dos dados	Start

Fonte: Elaboração própria com base em Cia Alves et al (2022)¹⁷, no Prisma e na ferramenta Start

Havendo conceituado as opções adotadas para a coleta de dados, destacamos que esta pesquisa utiliza-se de fontes primárias e secundárias para sua concretização. No que se refere à aplicação dos instrumentos escolhidos, destacamos que, após catalogadas as bibliografias via utilização da ‘RSL-2’, procedemos ao fichamento de cada um dos referidos. Acreditamos que tal procedimento nos permitiu a obtenção de informações fundamentais à consecução dos objetivos propostos nesta pesquisa. Os procedimentos relatados devem ensejar a obtenção de elementos importantes para este trabalho.

3.2 – Contatos diretos (as entrevistas):

Seguindo o proposto por Marconi e Lakatos (2003, p.159), a investigação preliminar - estudos exploratórios - deve ser realizada através de dois aspectos: documentos e contatos diretos. Nesta pesquisa, os contatos diretos propostos pelos autores foram realizados por meio de entrevistas estruturada (uma) e semi-estruturadas (duas) (vide formulários de entrevistas expostos no apêndice), momento no qual buscou-se identificar as principais implicações sofridas pelos ambulantes durante o período pandêmico, a fim de responder ao objetivo específico 2 desta dissertação.

3.3 - Pesquisa documental:

A pesquisa documental foi utilizada para coletar dados que respondessem ao objetivo específico 3. Marconi e Lakatos (2003) destacam que os principais tipos de documentos são classificados em fontes primárias e secundárias, conforme expõe o quadro abaixo:

¹⁷ Em alguns aspectos deste trabalho fizemos algumas adequações. Neste quadro, ao considerarmos a elaboração feita, aceitamos também que os resultados fossem mesclados com o protocolo, mesmo tendo na nossa divisão do presente trabalho um momento posterior onde os resultados serão exclusivamente detalhados e debatidos.

Quadro 5: tipos de fontes e dados obtidos em cada uma

Tipos de fontes	Dados obtidos nos documentos
a) Fontes Primárias	dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc
b) Fontes Secundárias	imprensa em geral e obras literárias.

Fonte: Elaboração própria a partir do que dispõem Marconi e Lakatos (2003)

A busca por documentos seguiu os passos propostos por Cellard (2012) e foi procedida por meio de pesquisa na internet, através de visitas a portais institucionais (Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE-PB). Os procedimentos metodológicos referentes à análise documental catalogou os instrumentos abaixo listados e a forma de análise segue agora detalhada:

3.3.1 Código de Posturas do município de João Pessoa

O Código de Posturas foi obtido no portal institucional da prefeitura de João Pessoa e analisado para identificar de que forma os ambulantes eram citados direta ou indiretamente neste documento. As constatações seguem expostas em quadro apropriado disponível nos resultados desta pesquisa.

3.3.2 PCA - Relatório de ‘Prestação de Contas Anual’ – TCE-PB

Inicialmente a nossa proposta era analisar a ‘Lei Orçamentária Anual’ (LOA) do município de João Pessoa, na gestão de 2020 e na gestão de 2021 e averiguar se o planejamento orçamentário das referidas contemplou, direta ou indiretamente, a alocação de recursos para atender a categoria dos ambulantes, considerando a problemática que os envolveu durante o período amostral desta pesquisa, como já contextualizado em nossa introdução. No entanto, após diversas tentativas de recolher informações sobre a maneira mais eficaz de analisar a LOA e constatando que alguns fatores poderiam permitir que os

recursos planejados não tivessem sido aplicados, optamos por substituir a análise da LOA pela do ‘Relatório de Prestação de Contas Anual’ (PCA).

O PCA é de acesso livre ao público, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e segue referenciado dentre as bibliografias deste trabalho. O referido documento objetiva, de praxe, subsidiar o julgamento dos atos de gestão e a emissão do parecer prévio do TCE-PB sobre os atos de governo. Neste caso específico estudamos o PCA da gestão municipal de João Pessoa nos anos de 2020 (TCE-PB, 2022) e 2021 (TCE-PB 2023).

A visita ao portal do TCE-PB foi realizada de forma intuitiva a fim de tentar encontrar as informações pertinentes a esta pesquisa. No entanto após diversas tentativas infrutíferas, decidimos por fazer contato telefônico e foi obtido êxito ao ser-nos prestada orientação sobre a forma adequada de acessar o portal e obter as informações necessárias. O procedimento repassado segue exposto na figura 1 e contribuiu com o momento de análise documental. Para ter acesso a este documento é preciso realizar o seguinte passo a passo:

Figura 1: guia para acesso ao PCA



Fonte: Elaboração própria

De acordo com Gil (2008, p. 89):

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Considerando o acima exposto, relembramos que nossa pesquisa utiliza como técnica amostral a 'amostragem por acessibilidade ou por conveniência'. Ao falar das várias formas de amostras, Gil (2008, p. 94) assim define a referida opção:

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

Ponderando sobre o exposto acima, destacamos que, apesar de nossa amostra não estar obrigada metodologicamente a um alto nível de precisão, acreditamos que os métodos e técnicas propostos são suficientes para garantir a fiabilidade científica dos resultados.

Neste trabalho, relembramos que, de maneira geral, buscou-se apresentar a forma como a gestão pública em João Pessoa lidou com as implicações sofridas por uma das mais vulneráveis categorias de trabalhadores informais da cidade, os ambulantes, durante o período de auge da maior crise sanitária do século. Lembramos também que a análise considerou o contexto histórico de marginalização ao qual a categoria é submetida em João Pessoa e em todos os lugares onde atua, que será apresentado a partir dos resultados obtidos na RSL-2 e nos aportes das referências bibliográficas acrescentadas pelo nosso orientador, professor Vanderson Carneiro, demais professores do PGPCI-UFPB e também por professores da UFCG, que contribuíram com este trabalho. Além disso, para cumprir o exposto, os objetivos específicos foram rigorosamente respeitados no caminho metodológico (vide quadro 19 do apêndice). Sendo assim, acreditamos que o caminho metodológico tenha sido satisfatoriamente detalhado e apresentado.

4 TRABALHO: DEFINIÇÕES E CRISE

4.1 Nascimento do ‘fenômeno trabalho’ e sua conceituação

O nascimento do trabalho remonta ao início da civilização humana. Sua conceituação tem mudado à medida que a humanidade evolui, mas comumente considera o contexto sócio-cultural e religioso de cada época. A tradição judaica o classifica como algo mal, uma consequência que o homem teria que levar ao longo da vida, em função de haver desobedecido normas divinamente estabelecidas. Esta realidade é encontrada no castigo recebido por Adão e Eva no Jardim do Éden, após provarem do fruto proibido e serem expulsos por Deus do paraíso, sendo a partir de então obrigados a “comerem do suor de seus rostos” (BÍBLIA, 2018).

Na ‘Antiguidade Clássica’, duas das mais importantes sociedades para o Ocidente, a grega e a romana, trazem um traço comum a respeito do trabalho: ambas o consideravam algo execrável, “reservado apenas aos escravos” (HOPENHAYN, 1988). A sociedade era dividida entre os cidadãos (homens livres), que se dedicavam aos assuntos intelectuais, soldados, mulheres e escravos. As atividades políticas e intelectuais não eram consideradas trabalho.

Na Idade Contemporânea, o contexto histórico, social e econômico no qual nasceram e se consolidaram as duas primeiras revoluções industriais permitiu ao sistema capitalista transformar o trabalho em um instrumento fundamental ao seu funcionamento, adicionando elementos que contribuíram para Marx (1979) classificá-lo dentre as categorias que explicam a exploração do trabalhador na lógica do capital.

Ao considerar os aspectos da lógica exposta, Marx (1979) estabeleceu uma leitura negativa do trabalho a partir do que ele chamou de alienação do trabalhador. Há algumas décadas os teóricos marxistas estabelecem discussões importantes sobre a visão natural fenomenológica do trabalho e a configuração histórica assumida por ele a partir do advento do capitalismo.

Conforme explicado acima, na visão de Marx o capitalismo criou um aspecto negativo do trabalho. As considerações do autor nos permitem concluir que a lógica do capital transformou o fenômeno trabalho em uma categoria subserviente à alienação do trabalhador, que no sistema capitalista deixa de compreender ‘o todo’ e começa a integrar apenas parte do

processo de produção, transformando-se em reprodutor de produtos os quais não conhece ou conhece apenas em parte.

Seguindo o exposto, a fim de melhor compreender a visão do autor, deve-se destacar que o mesmo, para defender seu ponto de vista, aclara que esse processo se daria por meio da “interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem” (MARX 2004, p. 80), bem como de elementos que contribuem para o que ele chamou de “estranhamento (Entfremdung) com o sistema do dinheiro.”

Contribuindo com essa discussão, cabe destacar que a lógica do capital, ao incentivar a realidade acima exposta, torna a substituição do homem pelas máquinas algo mais fácil e sem maiores enfrentamentos, uma vez que isto aumentaria o lucro do capitalista. No entanto, sobre este aspecto discorreremos um pouco mais abaixo, quando abordarmos a crise do trabalho.

Neste momento, pretendemos, antes de tudo, contribuir para o esclarecimento a respeito das diversas definições de trabalho adotadas ao longo do tempo, a fim de melhor compreender a adequação deste fenômeno às mudanças pelas quais passa a contemporaneidade. Tais mudanças são refletidas no que Antunes (2005) chama de “nova morfologia do trabalho”, e configuram a face de um processo complexo, que permite a alguns defenderem a tese de um inevitável fim do trabalho (BECK, 1997; RIFKIN, 1996).

As constantes inovações atualmente vivenciadas na sociedade nos convidam a refletir sobre a atual definição do fenômeno em tela. Para tanto é necessário compreendermos que “o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão” (REBELLO NEVES, 2018 p.319). Conforme mencionado, há que considerar-se as particularidades que compõem o trabalho, por isso as reflexões aqui expostas buscam explicar também o contexto no qual acontece a já citada “nova morfologia” na qual se inserem o trabalho e os trabalhadores em todo o mundo, bem como as conseqüências destas novas formas de trabalho.

No entanto, para definir de maneira satisfatória o fenômeno seria necessário considerar-se tudo o que dispõem os autores da área, dos clássicos aos contemporâneos. Considerando que tal tarefa não seria possível no pouco espaço de tempo que temos para

produção desta dissertação e que não temos a pretensão de exaurir a discussão e a abordagem sobre este aspecto, tentaremos refletir brevemente sobre o que dispõem alguns dos principais autores da área.

Sem perder de vista o exposto acima, cabe aqui uma rápida, mas necessária, abordagem sobre o que discorreram alguns dos principais teóricos que conceituaram o trabalho. Neste sentido, começamos destacando que para Marx (1996a: 303), o trabalho é “apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana”. Já para Durkheim (1977), o trabalho caracteriza-se por ser um “fato social” e sua divisão é o que possibilita a coesão social, sendo o responsável pela vivência do homem em sociedade. Prosseguindo, chama a atenção a frase “O trabalho dignifica o homem”, cunhada por Max Weber (2020), teórico que juntamente com os dois anteriormente citados está classificado entre os pais da sociologia e no seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, nos apresenta uma visão do trabalho sobre a qual o fenômeno é encarado como uma forma de aproximar-se de Deus.

Para Adam Smith (1983), filósofo iluminista considerado o pai da economia moderna, o trabalho é a fonte de toda a riqueza. Esta é a tônica principal da abordagem do fenômeno adotada pelo autor em uma de suas principais obras:

"O trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente, lhe fornece tudo o que é necessário e útil à sua sobrevivência, e que consiste ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é obtido de outras nações através dele" (Smith, 1983).

Na mesma obra o autor esclarece que o pré-requisito para o valor da mercadoria é que ela seja produto do trabalho. As afirmações acima, tanto a de Smith (1983), quanto as dos demais autores supracitados, denotam a importância estrutural que o fenômeno laboral representa para o desenvolvimento da sociedade. Após esse primeiro momento, esperamos haver exposto satisfatoriamente as principais nuances a respeito da ‘função social do trabalho’, aspecto que permeia todas as definições elencadas até aqui.

Abordaremos a partir de agora as definições do trabalho enfatizando seu conceito no âmbito formal e informal. Com isto acreditamos que serão cumpridos os passos necessários para, após compreendidas as várias definições laborais, adentrarmos à discussão pertinente à crise pela qual passa este fenômeno em suas mais variadas manifestações.

4.2 Trabalho formal

Conforme já exposto no início deste capítulo, o trabalho é um fenômeno que remonta aos primórdios da sociedade. A sua definição em ‘formal’ e ‘informal’ toma como referência as classificações apresentadas pelo capital. Neste contexto, o trabalho formal, com os elementos que hoje o classificam, nasce junto com a pressão classista do proletariado à medida que se consolidaram a instalação das indústrias e as empresas capitalistas. No entanto, a formalização oficializa a exploração do trabalhador e permite um maior controle sobre a obtenção da ‘mais-valia’, considerando a lógica de exploração analisada e denunciada por Marx (1979 p. 712-827). Esta lógica prevê que haja cada vez mais um trabalho de otimização dos lucros e barateamento dos custos, realidade que tem criado alguns dos principais problemas para que o trabalho formal continue existindo, pelo menos na proporção na qual existia há alguns anos.

Em nosso entendimento, a lógica de exploração capitalista não tem encontrado freios eficazes e vem gerando problemas cada vez mais complexos e danosos para a classe trabalhadora. Em todo o mundo, os trabalhadores formalizados pelo sistema são caracterizados por elementos que demonstram a existência de algum tipo de contrato entre o vendedor e o comprador da força de trabalho, comumente representado pela assinatura da carteira de trabalho, ou também por contratos precários e intermitentes. As referidas maneiras de formalizar o trabalhador têm sido suplantadas pela lógica do lucro máximo, diminuindo o número dos integrantes do mercado formal e aumentando o contingente do que Marx (1979) chamou de ‘Exército Industrial de Reserva’, já abordado por nós no marco teórico desta dissertação.

4.3 Do ‘Trabalho Informal’ à ‘Economia Informal’: discutindo conceitos

4.3.1 Trabalho Informal

As discussões abordadas ao longo desta dissertação apresentam construções que dizem respeito à dinâmica de criação, desenvolvimento e crise do fenômeno trabalho. Dentro desta realidade está o advento e consolidação do trabalho informal, que tem recebido ao longo dos anos as mais diversificadas nomenclaturas para caracterizar sua dinâmica de funcionamento. De forma objetiva poderíamos destacar que, “Trabalho Informal é aquele reconhecido como atividade lícita e legítima, apesar da ausência de regulamentação por parte

do Poder Público” (CACCIAMALLI, 2000). No entanto, esta conceituação nos convida a um amplo debate a respeito da dinâmica ensejada pelos elementos constitutivos desta subdivisão do trabalho.

A multifacetada realidade na qual está inserido o trabalho informal não nos permite classificá-lo de forma definitiva e simples, sem abrir espaço para amplos debates. Tal realidade demanda uma reflexão pertinente que nos permita entender as nomenclaturas que se propõem a explicar este que, para nós, representa uma das mais importantes subdivisões do trabalho.

A fim de contribuir de forma eficiente para o debate proposto, buscaremos discutir aqui apenas as nomenclaturas que consideramos as principais sobre o tema. Além do termo ‘Trabalho Informal’, um outro que faz-se necessário abordar seria o ‘Setor Informal’, seguido de ‘Informalidade’ e, por último, ‘Economia Informal’. A grande maioria das nomenclaturas expostas começaram a ser utilizadas a partir dos estudos propostos pela OIT na década de 1970.

4.3.2 Setor Informal

A nosso ver, uma das melhores conceituações apresentadas sobre o termo Setor Informal está abaixo descrita:

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. (CACCIAMALLI, 2000 p. 148).

Conforme exposto acima, o termo começou a ser adotado por ser, supostamente, uma das classificações mais abrangentes sobre o tema. No entanto, até mesmo ele, apresenta problemas nas características que compõem sua definição. Segundo Silva (1997), o termo é comumente utilizado para explicar duas abordagens: a primeira ganha notoriedade acadêmica a partir do início da década de 70 e nela não haveria separação nítida entre capital e trabalho. Já a segunda, ganha corpo a partir do final da mesma década, e comporta as atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais. A atuação clandestina frente ao Estado é a sua principal característica. A atuação dos ambulantes de rua e de eventos no Brasil e no mundo está dentro desta segunda abordagem.

4.3.3 Informalidade

A atual definição do termo ‘Informalidade’ contribui para continuar a polêmica em torno da necessidade de uma definição plausível para a área. “O tratamento do conceito de informalidade deve estar atrelado a outros elementos da realidade social local, tais como a economia regional, os costumes, as crenças, o processo de formação histórica, entre outros” (CERQUEIRA, 2017).

Conforme já exposto neste trabalho, consideramos que ainda são poucas as pesquisas nesta área, porém, tomando por base nossa revisão de literatura (já referenciada anteriormente), identificamos que houve, nos últimos anos, um certo aumento no número de estudos a respeito da informalidade. No entanto, o fato nem sempre se deve a uma preocupação com as implicações humanas e sociais do aumento deste fenômeno e esta parece ser uma realidade que existe há algumas décadas no Brasil. “A preocupação recente com a informalidade parece estar mais associada a questões de ordem tributária e equilíbrio fiscal do que, propriamente, com a economia informal ‘per se’ e com os trabalhadores nela inseridos” (TÉCNICA, 2007).

4.3.4 Economia Informal

Há 20 anos, durante a realização da 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT classificou o conceito de Economia Informal como o mais abrangente a ser utilizado para o estudo do fenômeno da informalidade, tornando obsoleto o termo Setor Informal. Seria a junção da nomenclatura Trabalho Informal e Setor Informal, respondendo mais a contento ao que se propõe como classificação neste âmbito de estudos (ILO, 2003).

4.4 Prognósticos do setor informal no Brasil e no mundo

As atuais modificações tecnológicas e demais mudanças estruturais no mercado de trabalho alimentam uma dinâmica que aumentou de forma vertiginosa o número de trabalhadores que por não terem como permanecer no mercado formal, acabam encontrando na informalidade a única saída para evitar as consequências de um desemprego cada vez maior em todas as partes do globo.

Segundo o que aponta o relatório “World Employment and Social Outlook: Trends 2023 (WESO Trends)”¹⁸ o Brasil terminou 2022 com 39,1% de sua população ocupada atuando na economia informal/setor informal, o que corresponde a 39 milhões de pessoas. Vencer os entraves à formalização dessa massa é um desafio hercúleo que não só no Brasil, mas em todo o mundo parece algo cada vez mais difícil de se superar, considerando que, conforme já apresentamos neste trabalho, segundo estudo da OIT (2018), quase dois terços da força de trabalho global encontra-se na informalidade.

Ainda segundo o “World Employment and Social Outlook: Trends 2023 (WESO Trends)”, o ano de 2023 deve apresentar um crescimento global de empregos de apenas 1,0%, o que representa menos da metade do registrado em 2022. Os prognósticos apresentados pelo relatório não são animadores. Segundo o documento, a desaceleração da economia global deve forçar ainda mais os trabalhadores a aceitarem empregos de menor qualidade, mal remunerados, precários e sem proteção social. As desigualdades potencializadas pela crise da Covid-19 devem ser acentuadas diante deste cenário.

A pandemia, o cenário criado pela guerra da Ucrânia e a forma como alguns governos administraram a crise econômica formaram as condições que permitiram o agravamento do desemprego em todo o globo e a emergência recorde do trabalho informal como alternativa de subsistência na maior parte dos países.

O relatório supracitado prevê pouco crescimento do emprego em todas as partes do globo em 2023. No caso da América Latina, do Caribe, da Ásia e do Pacífico, essas regiões deverão apresentar um crescimento do emprego que não ultrapassará 1%. No caso da América do Norte deve haver pouco ou nenhum ganho de emprego. Todos estes fatores devem ensejar contexto para que a massa de trabalhadores atuando na informalidade continue crescendo no Brasil e no mundo.

4.5 Trabalho informal no Brasil durante a pandemia

É fato que a pandemia foi a mais devastadora crise sanitária do atual século até agora e trouxe conseqüências estruturais para os mais diversos setores da sociedade, mudando a forma como a mesma funciona em aspectos importantes e que na maioria das vezes refletem

¹⁸ Emprego Mundial e Perspectivas Sociais: Tendências 2023 (Tendências WESO) – Tradução nossa

diretamente no mercado de trabalho. Toda essa dinâmica foi construída à custa de uma experiência forçada, que atingiu em cheio a classe trabalhadora, particularmente aqueles que atuam na informalidade.

Apesar da economia informal apresentar características e dificuldades afins nas mais diversas partes do globo, alguns países viram os trabalhadores deste setor sofrerem revezes significativos por falta de políticas públicas que permitissem um trato humano minimamente necessário a este que é considerado o mais vulnerável segmento da economia e que representa, como já dito neste capítulo, a maior parte da força de trabalho mundial na atualidade. O Brasil está dentro desta realidade. Apesar do ‘Auxílio Emergencial’ ter sido criado, em 2020, teoricamente para os trabalhadores informais, na prática não houve o efeito necessário à proteção social demandada por esta categoria uma vez que ainda não há política pública nacional oficializada para trabalhar com as particularidades deste setor.

Durante o início da pandemia, enquanto todos os demais trabalhadores estavam reclusos para cumprirem a quarentena, os informais ambulantes se viram obrigados a continuar sua atuação nas ruas, uma vez que o auxílio disponibilizado, na maioria das vezes não era capaz de suprir as demandas de suas famílias e alguns não o conseguiram acessar.

4.6 Crise do trabalho: Indústria 4.0 e suas conseqüências para a informalidade

A forma como o capital tem se desenvolvido é a maior responsável pelas discussões marxianas a respeito das conseqüências do capitalismo estarem atualmente cada vez mais presentes nas discussões acadêmicas sobre o fenômeno trabalho. Dentre os autores que discutem esse contexto, um dos que mais nos chama atenção é o professor Ricardo Antunes, uma das maiores referências na sociologia do trabalho no Brasil e que muito bem nos representa nas discussões travadas sobre esse tema em todo o mundo.

No livro “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0” (2020) o autor organiza os textos de forma a chamar a atenção para as principais mutações sofridas atualmente pelo mundo do trabalho e para temas que incidem diretamente no trabalho informal e na forma como ele tem sido usado pelo capital para passar a falsa impressão de que “há emprego”, quando na verdade o que há são formas marginais de tentar incluir trabalhadores explorados de maneira diferente das fábricas em um sistema que tem cada vez mais descobertos novas estratégias para subsistir e aumentar os ganhos dos detentores do capital.

Como diz o ditado: “Nada está tão ruim que não possa piorar”. Dentro deste contexto nasce a chamada internet das coisas, principal elemento da indústria 4.0, que segundo Antunes (2020) tem alterado significativamente as relações de trabalho em setores como indústria, agricultura e serviços e atuado como forma eficaz do ponto de vista capitalista para a ampliação do trabalho precário. Para o autor, a ampliação dos processos produtivos permitida pela indústria 4.0, ao não encontrar precedentes e ao priorizar a manutenção e a otimização do capitalismo, deve gerar dentre suas principais conseqüências, a ampliação do “trabalho morto”, tão amplamente prevista nas discussões propostas por Marx (1979), fato que é mais um elemento a somar-se aos prognósticos de crescimento da massa marginal que deve aumentar o exército industrial de reserva, o maior setor de mão de obra na atualidade.

A nosso ver, o cenário no qual a indústria 4.0 deve consolidar-se e apresentar qualidade de vida mínima à população dificilmente será o apresentado pela maioria dos países de economia periférica, pelo menos neste século, uma vez que não é interesse do capital investir no desenvolvimento destes países, salvo se for para sua exploração em benefício dos interesses capitalistas.

Numa visão mais apocalíptica, porém perfeitamente possível, considerando as circunstâncias postas, a atual formatação do mercado de trabalho, à medida que for incorporando os elementos da Indústria 4.0, deve apresentar um mercado de trabalho informal composto de imigrantes como nunca houve, uma vez que haverá um crescimento inevitável do desemprego, sem precedentes na história recente. É possível que este fato traga entre suas novidades a imigração de trabalhadores de economias “desenvolvidas” do Norte para os países do Sul global, a fim de melhores condições de trabalho ou simplesmente de trabalho. O feitiço pode virar contra o feiticeiro e o que hoje está sendo visto como diferencial, amanhã pode ser o maior problema vivenciado pelos países desenvolvidos.

4.7 O ‘Trabalho Informal’ e a academia

A fim de corroborar a importância da adoção por parte da academia de uma agenda que contemple de forma justa o estudo a respeito da informalidade, neste momento retomamos o dado já exposto nesta dissertação, que alerta para o fato de 2/3 da população ocupada do mundo encontrar-se atuando neste setor, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018).

Nossa pesquisa observou que, apesar da informalidade não ocupar posição privilegiada na agenda supracitada¹⁹, algumas pesquisas e estudos destacam-se como emblemáticos a respeito do tema. É o caso da compilação que permitiu a produção do livro: ‘Informalidad en América Latina: ¿Un debate actual?’. A obra é fruto de um trabalho coordenado pelo Departamento de Sociologia I, da Universidade de Alicante (Espanha), foi editada e organizada pelo professor e pesquisador Roberto Véras, assim como também pelas pesquisadoras Paula Varela e Ana Maria Calderón. Nela os organizadores expõem trabalhos que discutem as nuances ensejadoras da informalidade do trabalho na América Latina sob suas mais variadas facetas e discussões pertinentes, analisando o contexto no qual este fenômeno tem crescido na região.

As diversas nomenclaturas que historicamente intitularam o trabalho informal são abordadas pelos artigos e discutidas de forma aprofundada, destacando-se elementos que contemporaneamente representam aspectos novos e ameaçadores para o mundo do trabalho, que além de ameaçarem o trabalho formal, à medida que contribuem para uma precarização sem precedentes, não encontram contraponto à altura e criam um contexto onde se prolifera a informalidade como forma mais fácil de lidar com a situação atual referente ao crescimento da informalidade. A iniciativa serviu como base para a criação da “Red de Estudios sobre el Trabajo Informal y Precario en América Latina (REDLATT)”.

4.8 Quando o Estado se omite, o trabalho é marginal!

A atual configuração do mundo do trabalho denota a emergência de um particular momento da história contemporânea, no qual eclodem inovações tecnológicas que apresentam ao Estado uma demanda inédita por adequações singulares e necessárias. Esta realidade enseja para os trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo, desafios que atingem particularmente os que atuam no setor informal. A resposta estatal comumente tem sido a omissão em considerar a criação e implantação de políticas públicas para o segmento supracitado. Neste contexto, os trabalhadores informais têm criado novas formas de atuação e/ou até mesmo se submetido às novas morfologias geradas pela lógica do capital, já citadas

¹⁹ No capítulo 2 desta dissertação realizamos uma ‘Revisão Sistemática de Literatura’, intitulada de RSL1, a fim de encontrar o ‘Estado da Arte’ das discussões em torno do trabalho informal e uma das conclusões apresentadas foi o pouco número de estudos com critérios de fiabilidade e replicabilidade cientificamente aceitáveis existentes sobre o assunto. A referida RSL foi realizada antes do lançamento do livro.

anteriormente neste trabalho através da abordagem realizada por Antunes (2005; 2015; 2018), em diversos de seus livros que tratam do tema.

A realidade exposta nos convida a refletir sobre questões importantes que, apesar de representarem um problema global, no Brasil acentuam-se pelo alto número de informais criado ao longo do processo de colonização e desenvolvimento do país. A historiografia brasileira corrobora esta assertiva ao destacar a opção pela mão de obra imigrante em detrimento da que tinha recebido a liberdade após o fim da escravidão (FRANÇA, 2008), sendo os ex-escravos, via de regra, relegados às iniciativas informais como único modo de sobrevivência. Isto posto, ao constataremos que as demandas trazidas pelo desenvolvimento tecnológico geraram no mundo desafios imensos para os trabalhadores, constata-se também que, no caso brasileiro, agravaram o que já estava insuportável, uma vez que nos últimos anos o setor informal, já imenso e precário por definição, apresentou um recorde em seu crescimento (ILO, 2023) e, conseqüentemente, no aumento das problemáticas advindas de tal realidade.

É interessante, aliás, constatar que a luta diária pela sobrevivência, por parte dos trabalhadores informais que atuam na rua, neste trabalho denominados por nós de 'informais de rua', tem historicamente ensejado enfrentamentos constantes com a gestão pública, uma vez que esta se omite em considerar, de forma efetiva, as demandas deste segmento enquanto categoria que participa e precisa ser considerada no uso do espaço urbano.

Diante de um cenário de descaso e omissão governamental com o direito universal ao trabalho, os informais de rua enfrentam revezes e interesses contrários à sua atuação nas cidades brasileiras. As gestões públicas municipais, ao invés de apresentarem soluções efetivas ao problema, comumente tentam camuflá-lo, desviando a atenção da falta de política pública e marginalizando sistematicamente estes trabalhadores, muitas vezes com a ajuda da agenda midiática através dos enquadramentos dados às notícias sobre manifestações pelo direito ao uso da rua como espaço de trabalho (vide figura2). O poder público utiliza como argumento o direito de ir e vir nos passeios públicos, mas ignora o direito universal ao trabalho, previsto pelos organismos e acordos internacionais. Tudo isso acontece à revelia do vertiginoso crescimento da informalidade mundial nos últimos anos, conforme explicado acima.

Figura 2²⁰: foto de enfrentamento entre trabalhador ambulante e forças de segurança do Rio de Janeiro



Estamos diante de uma realidade global onde o termo "precarização" é a palavra de ordem. É comum algum veículo noticioso divulgar que ‘quanto menos direitos trabalhistas, mais empregos serão gerados’, quando noticiam alguma proposta de reforma do Estado. No entanto, apesar deste discurso da grande mídia defender a diminuição do Estado como sinônimo de sua modernização, esta lógica não encontra lastro no dia a dia e constitui uma assertiva vazia, que tem se transformado em argumento da classe dominante para consolidação de instrumentos que, ao longo dos últimos anos, têm destruído direitos e contribuído para a perda de garantias conseguidas por meio de lutas que estabeleceram o mínimo de seguridade social aos trabalhadores (ANTUNES 2018; IBGE 2020; ILO, 2023).

Um exemplo categórico do acima exposto é a aprovação da última reforma trabalhista brasileira, implementada no governo de Michel Temer. Ela realizou um sonho histórico da elite capitalista do país: o desmonte de garantias mínimas de acesso a direitos básicos pelos trabalhadores. A este respeito, Krein (2018) destaca o que houve não como “uma simples reforma”, mas como “um desmonte de direitos, pois são alterados 201 aspectos do arcabouço

²⁰ Acessado em 24/10/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/guardas-municipais-e-pms-agridem-ambulantes-no-rj-assista/>

legal”. Com isso o autor deixa claro que a realidade apresentada deve levar a uma profunda e séria reflexão sobre as mudanças atuais do fenômeno trabalho e seu entorno no Brasil.

Dentro deste contexto, deve-se atentar ao fato da ocupação de mão de obra disponível ao sistema capitalista se dar no mercado formal e informal. Atualmente, o segundo representa dois terços da população mundial ocupada, segundo a OIT (2018). Esses dados devem ser atualizados em breve por novos estudos do organismo internacional e as perspectivas são de piora dos números.

A utilização aqui do termo "ocupação" está relacionada ao fato da atual relação de emprego no mundo se dar majoritariamente de maneira informal, gerando renda, mas não direitos a uma seguridade social institucionalizada pelo Estado, que abandona cada vez mais seu compromisso com o “Bem Estar Social” da população trabalhadora. Por tanto, a nosso ver, para compreender o processo laboral que envolve os trabalhadores ativos e sua marginalização de um arcabouço mínimo de garantias legais, deve-se considerar dois aspectos que explicam minimamente o atual recorde de crescimento da informalidade mundial: Em primeiro lugar está o desmonte dos instrumentos legais que geriam o mercado formal de trabalho, conforme já exposto acima. Em segundo lugar está o aprofundamento das desigualdades presentes no já precarizado mercado informal.

O exposto propõe a necessidade de refletirmos sobre as consequências de uma crescente consolidação do discurso capitalista que defende a destruição progressiva de qualquer direito do trabalhador. O cenário apresentado piora quando a resposta do Estado é a inércia ou omissão, levando o trabalhador a sentir-se desamparado e marginalizado em sua atuação. É comum a própria mídia divulgar trabalhador sendo tratado como bandido nas ruas das grandes cidades. A criação de políticas públicas seria a solução mais civilizada e lógica para resolver a situação.

Ao longo dos últimos anos, qual tem sido o comportamento do Estado brasileiro frente a esta situação? A resposta mais objetiva está na boca de grande parte dos trabalhadores ambulantes ou militantes do segmento informal que usam as ruas para protestar em defesa de seus direitos. Ao manifestarem-se, os informais de rua denunciam a omissão estatal em formular políticas públicas que pensem de forma unificada e nacionalmente as melhores estratégias para lidar com o fenômeno da informalidade nas suas

manifestações mais precárias e contemporâneas, conforme demandado pela discussão estabelecida no início deste capítulo.

Iniciativas como a criação do Micro Empreendedor Individual (MEI), acontecem como forma de paliativo, mas, como não estão lastreadas por uma política pública mais ampla, acabam sendo desvirtuadas de seus objetivos. O MEI no seu início era visto como uma forma de garantir o mínimo de segurança social ao trabalhador, mas hoje foi incorporado à lógica da precarização do mercado de trabalho, consolidando a "(...) liberalização total da terceirização" (KREIN, 2018). Desta forma, ao invés de contratar um empregado e pagar os direitos previstos na CLT, o empresário pede que o mesmo se transforme em um MEI para terceirizar sua atividade à empresa. Desta forma o patrão se transforma apenas em contratante de outra empresa e elimina todas as taxas que pagaria caso contratasse o trabalhador.

Corroborando o já exposto, cabe destacar que a omissão estatal implica na criação de lutas sociais que devem complexificar, cada vez mais, a relação entre os trabalhadores informais de rua e o poder público ao redor do mundo, uma vez que o fenômeno aqui discutido não é algo que ocorre de forma pontual. Antes ele representa um defeito sistêmico da organização econômico-social vigente. Os Estados nacionais ao redor do mundo precisam considerar o contexto atual e pensar seriamente as políticas públicas de enfrentamento à crescente precarização do trabalho, a fim de buscar solução que amenize as conseqüências do aumento vertiginoso da informalidade. A solução do problema aqui posto deve levar ainda muitos anos para apresentar configuração, uma vez que, há algumas décadas já se fala, inclusive do possível "fim do trabalho" (Rifkin, 1996), pelo menos o trabalho formal, como uma das possibilidades colocadas sobre a mesa. Em termos práticos, para o trabalhador que luta nas ruas buscando sobreviver, a compreensão mais lógica é a de que se o Estado se omite em criar, ou fomentar a criação de trabalhos formais, a única alternativa possível é o trabalho marginal, à margem da legislação e regulamentação, uma vez que para estes pais de famílias, elas inexistem.

4.9 João Pessoa e os ambulantes: uma relação conflituosa

João Pessoa é a capital da Paraíba, no Nordeste brasileiro, extremo Oriental do Brasil, considerada detentora do ponto mais oriental das Américas, a 'Ponta do Seixas'. Segundo o IBGE (2022), a cidade apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de 21 bilhões com área de

210,044 km e 833.932 habitantes. No último Censo João Pessoa apresentou uma das menores rendas per capita das regiões metropolitanas, correspondendo a R\$ 1.251 reais.

O processo de crescimento do número de integrantes da categoria dos trabalhadores informais de rua na cidade segue a mesma lógica de todos os outros Estados brasileiros. Com a escassez de oportunidades para sobreviver, a migração do homem do campo para a capital é a alternativa mais lógica e foi acentuada nas últimas décadas, ocasionando um cenário onde a prefeitura e os ambulantes entraram em choque por diversas vezes e no qual o direito ao passeio livre tem comumente sido priorizado em detrimento do direito ao trabalho dos informais de rua.

A relação da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com o segmento dos trabalhadores informais de rua (ambulantes) tem sido complexa há muito tempo, independente da tendência ideológica do governo que assume a administração da cidade. Este fato reflete o conflito de interesses estabelecido a nível nacional e internacional onde se coloca como antagônicos o direito ao passeio público e o direito ao trabalho. No entanto, pesquisas como algumas das apontadas na bibliografia desta dissertação demonstram que a nível internacional este dilema já vem sendo superado (MARTÍNEZ e YOUNG, 2022; SONG, 2020), com as gestões públicas criando inclusive iniciativas para fomentar o trabalho dos ambulantes como forma de combater a depressão econômica pós-pandemia.

Nas últimas décadas o relacionamento estabelecido entre a PMJP e a categoria dos ambulantes foi objeto de enfrentamentos emblemáticos, que refletem as complexidades vivenciadas pelo segmento na maioria das grandes cidades brasileiras. As últimas três gestões municipais representam cerca de 20 anos de história. Em todas houve enfrentamentos entre a gestão pública e os ambulantes. Com base nas observações realizadas nesta pesquisa pode-se inferir que esta realidade deve-se não só a uma questão pontual ou local, mas representa também a necessidade de mudança estrutural e legislativa a respeito do espaço que estes trabalhadores ocupam e o contexto no qual eles estão inseridos nacional e localmente.

Para algumas lideranças do movimento dos ambulantes, enquanto não houver a criação de iniciativas que resultem em Grupos de Trabalho para discutir de forma permanente e séria a questão, continuará havendo enfrentamentos, uma vez que trata-se de sintoma que aponta para problema sistêmico dentro do capitalismo. “Estamos tentando implantar a Frente Parlamentar do Trabalho Informal no Congresso Nacional como forma de discutir soluções sustentáveis e permanentes capazes de contribuir com as soluções necessárias para o trabalho

dos camelês, ambulantes e feirantes do Brasil, afirma Juliano Fripp, um dos coordenadores nacionais da União Nacional dos Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil (Unicab).

Os últimos 20 anos ensejaram alguns dos episódios mais tristes e desrespeitos para com os trabalhadores ambulantes que atuam nas ruas de João Pessoa. Descaso, repressão e falta de apoio são elementos apontados pelas lideranças locais como os principais instrumentos utilizados pelo poder público para lidar com a categoria. As imagens abaixo retratam um pouco desta realidade na capital da Paraíba.

Figura 3: Prints de matérias que retratam o tratamento recebido pela categoria ao longo das duas últimas décadas



A maioria dos enfrentamentos vivenciados pela categoria tem como causa principal uma receita que junta negação de direitos e pouco diálogo como ingredientes principais. Ao observar-se os prints da figura3, exposta acima, notamos esta realidade em 2009, quando o prefeito era Ricardo Coutinho, assim como também em 2015 e 2019 quando o prefeito era Luciano Cartaxo. Já em 2021, na gestão de Cícero lucena, notamos a extrema vulnerabilidade que a pandemia e a falta de assistência ocasionaram a estes trabalhadores.

Os ambulantes estão divididos entre as ruas principais ruas da cidade, mas dentre as principais demandas da categoria está a construção de um shopping a céu aberto e a construção de política pública específica para a categoria.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como de praxe para trabalhos acadêmicos, o caminho escolhido para apresentar e discutir os resultados alcançados nesta pesquisa propõe-se a adotar abordagem didática e em consonância com o percurso traçado na metodologia. A fim de cumprir tal tarefa, faz-se necessário lembrar a pergunta de pesquisa, os objetivos (geral e específicos) e a hipótese. Acredita-se que, desta maneira será realizada de forma otimizada a efetivação desta etapa da dissertação.

Considerando o exposto, relembramos que, após a problematização exposta na introdução, nossa pergunta de pesquisa propôs-se a analisar ‘como a gestão do poder público municipal de João Pessoa contribuiu para diminuir as implicações sofridas pelos ambulantes durante os anos de 2020 e 2021, auge do período pandêmico do Covid-19?’ A pergunta escolhida ensejou como hipótese a possibilidade de que ‘houve descaso da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com a categoria dos trabalhadores informais ambulantes que atuaram no município durante o auge da pandemia (2020-2021), e seguindo tendência histórica, a prefeitura replicou o comportamento de outros municípios, em várias partes do mundo, ao reservar tratamento marginal para o segmento supracitado.

A fim de refutar ou não nossa construção hipotética, o objetivo geral da pesquisa propôs-se a ‘analisar o contexto dos trabalhadores informais ambulantes na cidade de João Pessoa durante o auge do período pandêmico da Covid-19 (2020-2021), levando em consideração as ações desenvolvidas pela referida gestão pública municipal para atender estes trabalhadores’. A efetivação deste objetivo dividiu-se em três momentos, a saber: 1 - realizar pesquisa bibliográfica, com ‘Revisão Sistemática de Literatura (RSL)’ para identificar estudos que abordaram o fenômeno ‘trabalho informal ambulante’ no período amostral escolhido pela presente pesquisa e como os pesquisadores abordaram o tema; 2 - definir as principais implicações da pandemia do Covid-19 sofridas pela categoria durante o auge do período pandêmico; 3 - analisar as ações desenvolvidas pelo poder público municipal de João Pessoa para o segmento dos trabalhadores ambulantes durante o período estudado.

5.1 Objetivo 1 – resultados e discussão, a partir da utilização da revisão bibliográfica (RSL2):

Conforme já exposto, destacamos que para cumprir o que buscamos no ‘objetivo 1’ foi realizada a revisão bibliográfica que, tal como previsto na metodologia intitulou-se: ‘Revisão Sistemática de Literatura 2’ (RSL2). A implementação dessa técnica já foi

exaustivamente detalhada ao longo deste trabalho. Neste momento apresentamos seus resultados por meio da utilização de resumo apresentado no Fluxograma Prisma, que segue abaixo exposto e constitui-se no procedimento adequado quando da utilização de RSL's. Além disso também faremos apresentação e discussão sobre o desenho metodológico de cada um dos estudos classificados na etapa final da RSL, apresentando os métodos, resultados, conclusões alcançadas e analisando como elas dialogam com a presente pesquisa.

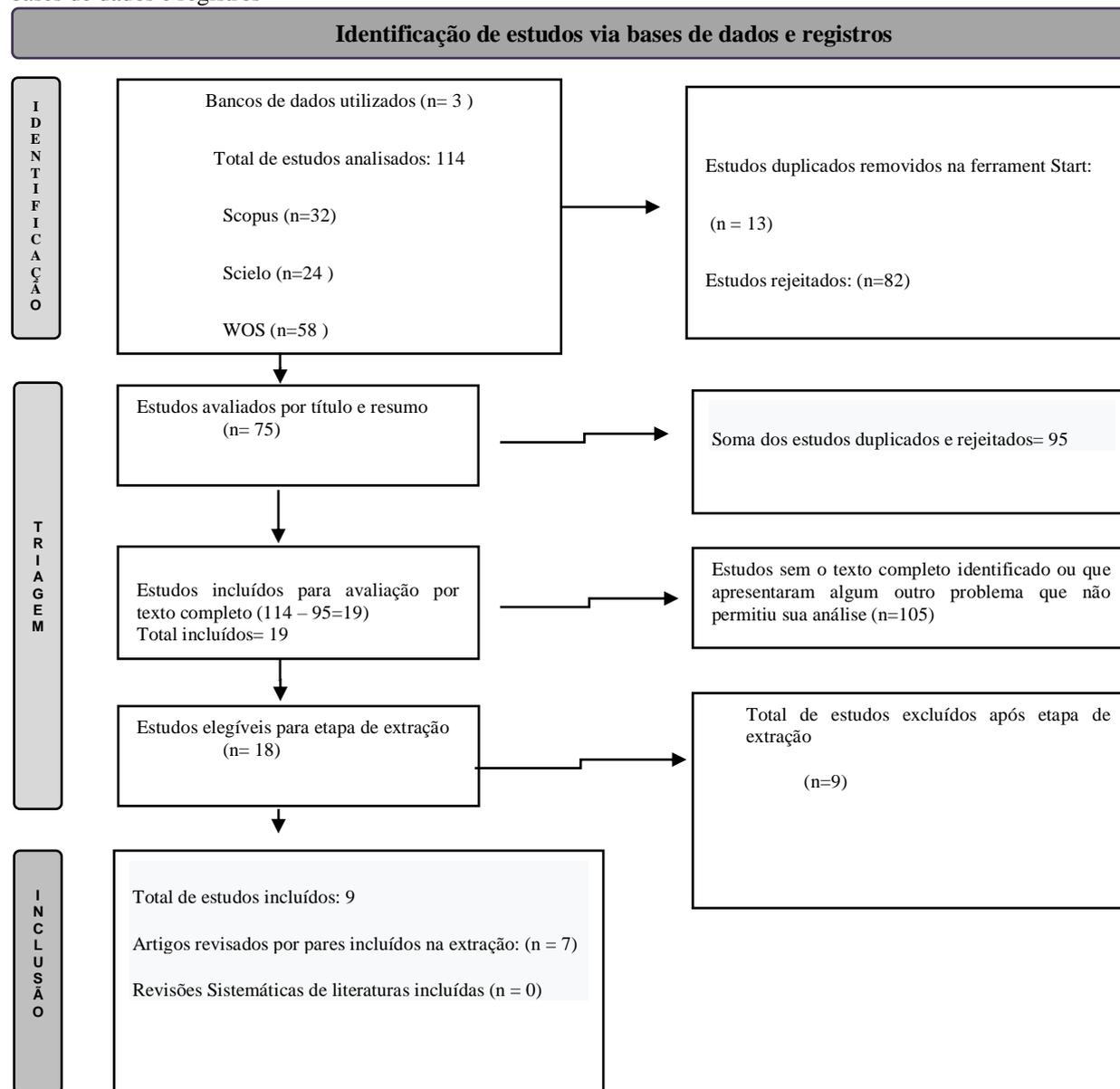
Conforme exposto inicialmente, a RSL2 identificou 114 documentos aptos para catalogação a partir dos critérios estabelecidos na metodologia no que se refere ao 'objetivo1'. Utilizamos três bases de dados que comumente servem para obtenção de resultados quando as pesquisas se referem a temas ligados às Ciências Sociais. Os resultados apresentaram 32 documentos na base de dados 'Scopus', 24 na base de dados 'Scielo' e, 58 na base de dados 'Web Of Science' (WOS). Aplicamos um afinamento dos resultados por meio de processos de triagem que seguiram orientações do Prisma e utilizaram a ferramenta Start nas etapas de Execução e Sumarização. Ao final, dos 114 inicialmente escolhidos, restaram apenas 9 documentos que foram lidos em sua íntegra e contribuíram para a obtenção dos resultados e discussões referentes ao objetivo1 desta dissertação.

A planilha com o procedimento realizado na Ferramenta Start, que traz o processo de triagem realizado nos 114 documentos, bem como um resumo dos critérios adotados para eliminação e escolha de cada um dos estudos está disponível em planilha Excel e pode ser acessada pelo link: https://osf.io/ab5zy/?view_only=8cfd3de63ef24e18b52f0969761bc7ea

Um resumo do percurso adotado segue abaixo exposto no fluxograma1:

Fluxograma 1: Resumo dos resultados da RSL2

Obs: Diagrama de fluxo PRISMA 2020 para novas revisões sistemáticas que incluíram pesquisas apenas em bases de dados e registros²¹



Cada uma das pesquisas que compõem a amostra detalhada no fluxograma acima será detalhadamente analisada, a partir de agora, a fim de averiguar seu potencial de aproveitamento para cumprir o que se propõe no objetivo 1 desta dissertação. Considerando o exposto, os apresentaremos a partir de agora:

²¹ Este diagrama padroniza a forma de relatar as revisões sistemáticas de literatura. Sua referência e endereço online seguem expostos a seguir:
MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71. Disponível: <http://www.prisma-statement.org/>

Estudo 1 – ¿La Corte Constitucional colombiana está dejando de proteger el trabajo de los más pobres? (PORRAS SANTANILLA e RODRIGUEZ MORALEZ, 2022):

Apesar de haver sido publicado no período amostral, o estudo não centra sua análise no contexto da pandemia. No entanto foi escolhido e lido por, aparentemente, apresentar potencial de aportes que pudessem contribuir com a pesquisa desta dissertação. Considerando que não foi o caso, não discorreremos sobre ele de forma detalhada. No que se refere ao desenho metodológico, o mesmo foi realizado por meio de revisão narrativa de literatura, momento no qual os autores propuseram-se a analisar as implicações trazidas pela regulação do uso do espaço público, efetivadas pela Corte Suprema da Colômbia para a atuação dos ambulantes. As conclusões encontradas demonstraram que as decisões da Corte Suprema têm correspondido aos pleitos de outros trabalhadores informais, mas geralmente sido desfavoráveis aos ambulantes, deixando de considerar, em alguns momentos, o direito ao trabalho e ao mínimo para sobreviver.

Estudo 2 – La venta callejera en tiempos de pandemia (BELCIC, 2022):

O estudo realizado por Belcic (2022) a respeito da atuação dos trabalhadores informais de rua (ambulantes) em Buenos Aires durante a pandemia relata pesquisa extremamente afinada com o tema de nossa dissertação. O mais interessante é que, apesar da análise que gerou o artigo ter sido feita durante o período pandêmico, ela está dentro de um contexto de estudo de doutoramento que também pesquisou o objeto nos anos anteriores da amostra, permitindo uma melhor contextualização dos resultados e conclusões. O desenho de pesquisa não estava explícito de forma clara, motivo pelo qual não abordaremos alguns aspectos metodológicos do artigo.

A respeito das relações estabelecidas entre os agentes de controle urbano (neste texto chamados, a partir de agora, apenas de ‘agentes’) e os ambulantes durante a pandemia, identificou-se que no auge do período pandêmico houve a replicação da realidade vivenciada nos anos anteriores à eclosão da Covid-19, nos quais havia uma relação esdrúxula entre agentes e trabalhadores informais de rua.

Na pandemia a atuação do poder público, representada pela ação dos agentes, e por vezes de policiais, não considerou o contexto de riscos e implicações que levou os ambulantes a estarem atuando nas ruas durante o período supracitado, sendo aplicada oficialmente apenas a utilização da força. O comportamento dos agentes limitou ao extremo as opções dos ambulantes, que não estavam buscando nada mais que o sustento de suas

famílias. O artigo apresenta um Estado policialesco, que adota postura repressora como a única alternativa possível, ignorando o que Porras Santanilla & Rodriguez Moralez, (2022) chamaram de direito ao trabalho e ao mínimo para sobreviver. Belcic (2022) expõe, por meio da metodologia etnográfica, que a relação entre agentes e ambulantes tinha a coerção como um de seus principais traços característicos:

“Os vendedores disputavam sua presença no espaço público em um estado de perseguição permanente, vítimas de violências cotidianas — de diferentes tipos e com níveis variados de intensidade repressiva — exercidos pelos agentes que controlavam sua atividade nas ruas da cidade.” Belcic (2022, p. 162 - Tradução nossa)

A respeito do acima exposto a autora destaca que havia outra forma possível de relacionamento com os agentes públicos (agentes de controle urbano e policiais), que já era praticada antes da pandemia, e que estabelecia-se por meio de negociações e trocas de favores, construídos com base em arbitrariedades e em violências. Seria algo parecido com o que chamamos no Brasil de “jeitinho brasileiro”. Desta forma, para a realidade identificada na pesquisa a autora apresenta nos resultados um cenário onde o procedimento formal e legal faz parte de uma realidade na qual a polícia e outros agentes públicos se apropriam da autoridade estatal em benefício próprio (BELCIC, 2022), apresentando aos ambulantes a face de um Estado corrupto e corruptor.

A análise do estudo nos permite inferir que a gestão pública não estava preocupada com os aspectos humanitários que envolviam o trabalho de um segmento historicamente precarizado e extremamente fragilizado no contexto da Covid-19, onde as implicações sofridas pelos ambulantes pareceram pouco importar, e onde o Direito Humano ao trabalho foi suplantado por acordos corruptos que serviram aos interesses individuais de agentes públicos.

Estudo 3 - Pandemic, (post) neoliberalism, and helplessness of street vendors in Mexico (MENDOZA, 2022):

O estudo utilizou-se da metodologia etnográfica, análise de discursos públicos e de políticas sociais. Em seus resultados o autor destaca que o Estado usou violência simbólica com os ambulantes, iniciada a partir da própria presidência da república, estigmatizando-os por não cumprirem as medidas de confinamento. Nos resultados ficou demonstrado que o segmento enfrentou violência econômica já presente de forma estrutural em seu histórico relacionamento com o contexto que o envolve. Chama a atenção o fato da referida violência

ter sido agravada pelo contexto pandêmico e não ter havido nenhuma ação significativa a partir de políticas sociais do governo que fossem capazes de amenizar as implicações sofridas. No contexto específico da amostra, a realidade obrigou os supracitados a saírem às ruas em busca de renda, descumprindo recomendações legais e expondo-se a sanções administrativas, além da repressão policial.

A fim de otimizar a compreensão da pesquisa analisada e, considerando o contexto apresentado acima, torna-se pertinente a reflexão sobre o seguinte aspecto: uma vez que todos os trabalhadores foram atingidos pela pandemia, porque os ambulantes deveriam ter sido tratados com políticas públicas específicas. Em resposta cabe destacar o que o estudo apresenta sobre o auge pandêmico e os ambulantes:

“(…) Nem todos os organismos ou todos os setores sociais têm a mesma vulnerabilidade e risco ao contágio e aos efeitos da doença, ou às consequências sociais derivadas de medidas sanitárias extraordinárias para prevenir a propagação do vírus. Na realidade, a crise da COVID-19 levou à reprodução, e até ao aprofundamento, de múltiplas dimensões da desigualdade pré-existente nas sociedades. Alguns deles, como apontaram pesquisas da América Latina e do México, são a vulnerabilidade dos corpos e os fatores socioeconômicos ligados a diferentes comorbidades; acesso aos serviços de saúde; as condições de habitabilidade (interna e externa) das habitações para cumprimento das medidas sanitárias; as possibilidades da educação a distância e a sobrecarga de trabalho das mulheres, devido ao aumento das tarefas assistenciais. A par destas dimensões, encontramos as desigualdades enfrentadas por diferentes trabalhadores precários (...), com poucos rendimentos e sem acesso a direitos e proteções institucionais ligados ao emprego, que se encontram numa dupla situação de vulnerabilidade.”
Mendoza (2022, p.187- Tradução nossa)

Na construção textual acima o autor deixa claro que há setores onde a demanda por ações específicas são uma realidade. Ele elenca diversas implicações sofridas por alguns segmentos, em particular pelos que têm vínculos precários de trabalho. Segundo o estudo os ambulantes estão dentro desta realidade.

Estudo 4 - Violence and discrimination against street vendors in the pandemic scenario (HERNANDEZ LINARES, 2023):

A pergunta de pesquisa do presente artigo buscou identificar a forma como os ambulantes de Bogotá (Colombia) foram afetados pelas medidas restritivas do governo durante o período pandêmico. A metodologia adotada fez uso da abordagem quantitativa-qualitativa, com etnografia e realização de entrevistas. Apesar da abordagem ser muito parecida com a que realizamos nesta dissertação, a pesquisa analisada não apresenta no seu desenho de pesquisa um detalhamento suficientemente claro. Seguindo a linha traçada pela pergunta de pesquisa o ‘objetivo geral’ buscou evidenciar a forma como os ambulantes e suas

famílias foram afetados pelas medidas restritivas do governo durante a pandemia. Para tanto foram utilizados quatro objetivos específicos, a saber: 1 - Como os ambulantes adequaram suas formas de promover e vender durante a pandemia; 2 - Como adequaram suas finanças ao período pandêmico; 3 - Que benefícios receberam do governo; 4 - Qual a opinião do segmento a respeito das ações do governo na área econômica durante a pandemia.

Os resultados obtidos destacaram certa preocupação do governo com as medidas para evitar o contágio. No entanto não houve devida atenção aos segmentos mais vulneráveis da economia, particularmente aos ambulantes. Os resultados mostraram ainda que 70,9% dos vendedores não receberam qualquer ajuda governamental e 29,1% receberam auxílios divididos entre alimentos e atendimento à Saúde. No entanto todos os pesquisados que declararam receber ajuda destacaram a insuficiência das referidas ações.

As conclusões deste estudo evidenciaram que o contexto pandêmico, bem como a ineficiência governamental em aplicar políticas sociais adequadas, contribuíram diretamente para que os trabalhadores ambulantes sofressem implicações advindas da pandemia nos aspectos econômicos, pessoais, na saúde física e mental. Os resultados e conclusões foram catalogados por nossa pesquisa para contribuir na resposta aos nossos objetivos específicos 2 e 3.

Estudo 5 – Economy Impact of the COVID-19 Prevention Policy on Business Continuity and Welfare of Street Vendors (EKO, TUTIK, *et al.*, 2022):

O artigo destaca que, apesar de haver muitos estudos sobre os impactos causados pela Covid-19 no mundo, não há grande número de pesquisas que tenham abordado, com critérios científicos, ‘qual o impacto das políticas de prevenção à Covid-19 na continuidade dos negócios e no bem-estar dos vendedores ambulantes’, indagação que ensejou a pergunta de pesquisa adotada e que assemelha-se muito com nossa pergunta. A metodologia fez uso de técnicas quantitativas sintetizadas em levantamento realizado por meio da aplicação de questionário a uma amostra composta por 10% da população de ambulantes que atuam em seis localidades de Semarang, cidade localizada na ilha de Java, na Indonésia. A amostra correspondeu a um quantitativo final de 380 ambulantes entrevistados e representa fiabilidade para os resultados e conclusões.

Os resultados e conclusões apontaram que as medidas de prevenção à Covid-19, da maneira como foram implementadas no espaço amostral, prejudicaram a atuação e o bem-

estar dos ambulantes durante a pandemia. Ainda nos seus resultados a pesquisa apresentou também constatação pouco comum no que se refere ao trabalho ambulante: na Indonésia há dois instrumentos legais específicos que regulamentam o trabalho ambulante e o consideram como entidade econômica. Trata-se do ‘Regulamento Presidencial n.º 125 de 2012’, relativo à Coordenação da Organização e Empoderamento dos Vendedores Ambulantes’ e o ‘Regulamento do Ministro da Administração Interna n.º 41 de 2012’, relativo às ‘Diretrizes para a Estruturação e Capacitação dos Vendedores Ambulantes’. Os referidos são instrumentos destinados a incentivar os vendedores ambulantes a melhorar e desenvolver o seu negócio para manter sua sobrevivência. É algo que destoa da forma como o poder público trata a categoria do trabalhador informal de rua (ambulante) na maior parte do mundo. Apesar do exposto representar um ganho significativo para a categoria, considerando a ‘invisibilidade de direitos’²² que a mesma sofre em boa parte do mundo, os pesquisados reclamaram da concorrência desleal que enfrentam com o setor formal. No entanto, apesar dos ajustes ainda necessários, a Indonésia pode representar um exemplo a ser seguido por outros países no trato com os ambulantes, pelo menos no aspecto sobre o qual já discorremos.

Estudo 6 – Financial stress, financial literacy, and financial insecurity in India’s informal sector during COVID-19:

O estudo traz um claro desenho de pesquisa, no qual são detalhados todos os procedimentos utilizados para alcançar os resultados e conclusões obtidos. A partir da utilização de técnicas quantitativas, o estudo propôs-se, em seu objetivo geral, a ‘medir o estresse financeiro, a alfabetização financeira e a insegurança financeira dos vendedores ambulantes da cidade de Bangalore-Índia, durante a pandemia do Covid-19’. Para tanto foram elencados dois objetivos específicos: 1 - medir variação no estresse financeiro, conhecimento financeiro, e insegurança financeira dos vendedores ambulantes devido às suas características pessoais; 2 - determinar preditores de insegurança financeira entre vendedores ambulantes. Para realização de cada um desses procedimentos foram adotados instrumentos e escalas já comprovadamente eficazes e referenciados na pesquisa.

As conclusões destacaram que a pandemia causou stress financeiro e insegurança financeira entre os vendedores ambulantes. O estudo dialoga com o que buscamos no

²² Por este temos nos referimos ao fato dos ambulantes existirem, mas não serem lembrados de maneira satisfatória nos regulamentos que norteiam o ordenamento urbano e o desenvolvimento econômico da maioria das cidades no Brasil e no mundo.

objetivo 2 da dissertação, a saber: “definir as principais implicações da pandemia do Covid-19, sofridas pela categoria durante o auge do período pandêmico”. Desta forma, é necessário destacar que a ‘insegurança financeira’ dos ambulantes entrevistados, antes de ser algo estrutural vivenciado pela categoria em período normal, é fruto da falta de ação do poder público que permitiu o agravamento de problema pré-existente e que na pandemia desenvolveu-se a ponto de transformar-se em grave implicação da Covid-19 para o trabalhador informal de rua (ambulante). Uma política pública permanente ou pontual, que considerasse a existência do segmento estudado como parte da economia e que trabalhasse fatores essenciais para a defesa de direitos básicos e universais como são os direitos ao trabalho e à vida, responderia minimamente ao necessário para a manutenção dos trabalhadores participantes do estudo.

Estudo 7 – Street vending, vulnerability and exclusion during the COVID-19 pandemic: the case of Cali, Colombia.

O aspecto teórico da metodologia não apresentou-se de forma clara no artigo. Porém, de sua leitura pode-se inferir as seguintes informações: o estudo foi financiado pelo Reino Unido, utilizou técnicas quantitativas para entrevistar 750 ambulantes por meio de chamadas telefônicas durante os meses de março e maio de 2021, auge da pandemia. O objetivo foi analisar a situação socioeconômica dos vendedores ambulantes durante a pandemia, seu engajamento político e atitudes em questões fundamentais para a governança. Os resultados e conclusões destacaram a extrema vulnerabilidade social e baixo nível de escolaridade dos ambulantes. Apontaram também que poucos participam do sistema de proteção social e um dia sem atuar nas ruas pode acarretar importantes prejuízos à sua manutenção. A conscientização política e a auto-advocacia permitida pelo Estado foram apresentados como diferencial da atuação dos entrevistados. Ainda foi destacado que a Covid-19 ensejou risco de levar à pobreza extrema boa parte destes trabalhadores.

Ao problematizar o estudo os autores contextualizaram-no de forma enriquecedora para os objetivos de nossa dissertação. Exemplo do exposto é a constatação de que, desde 1991 a Colômbia realizou uma reforma em sua constituição e criou instrumento legal chamado “Tutela”, iniciativa que permite a qualquer cidadão o acesso direto aos seus direitos (auto-advocacia), sem a intermediação de um advogado, quando for necessário acessar a defesa de direitos fundamentais, como Saúde e Trabalho. A esse respeito os autores do estudo destacam que:

“(...) Este instrumento deu aos trabalhadores informais que precisavam de espaço público na Colômbia a possibilidade de reivindicar o seu direito fundamental ao trabalho. Em 2003, depois de examinar várias tutelas movidas por vendedores ambulantes em Bogotá, o Tribunal Constitucional decidiu que a expulsão de vendedores ambulantes de espaços públicos deveria ser proibida, porque constituiria uma violação do direito ao trabalho (...). Esta decisão também exigia que se o governo local considerasse despejar os trabalhadores informais do espaço público tinha primeiro que oferecer àqueles que seriam afetados pelo despejo permanente oportunidades iguais ou melhores de gerar rendimento em outros lugares.” Martínez e Young (2022, p. 384 - Tradução nossa)

Na citação acima os autores partilham informação importante para nossa dissertação, uma vez que deixam claro o nível de politização dos ambulantes e também a preocupação do Estado em garantir, de forma mínima, o respeito aos direitos fundamentais e universais, dentre eles, o direito ao trabalho. O contexto apresentado está na contramão do que acontece no Brasil, onde é preservado o direito de ir e vir do pedestre e simplesmente ignorado o direito universal ao trabalho, do qual os ambulantes também são portadores. No Brasil essa atitude está no cerne de toda a ‘questão dos ambulantes’ e ocasiona inúmeros enfrentamentos entre a categoria e as gestões públicas de Norte a Sul do país. Os movimentos organizados de trabalhadores informais de rua defendem que seu direito ao trabalho seja pelo menos, tão respeitado quanto o direito de ‘ir e vir’ dos pedestres (vide entrevistas 1 e 2). Os próprios Códigos de Posturas de cada município comumente relatam de forma superficial a existência dos ambulantes e não observam que este segmento é composto por trabalhadores amparados por construtos legais e internacionalmente válidos, que datam de décadas e, indiretamente, conceituam de forma universal sua atuação.

Estudo 8 – “The street is ours”. A comparative analysis of street trading, Covid-19 and new street geographies in Harare, Zimbabwe and Kisumu, Kenya

O estudo utilizou metodologia qualitativa para analisar o impacto da Covid-19 no uso do espaço urbano pelo comércio de alimentos nas ruas, em particular, como processos que redefinem as geografias do trabalho informal de rua, existentes em duas grandes cidades africanas: Harare e Kisumu, durante o auge da pandemia.

Os resultados e conclusões apontaram que as “novas” geografias das ruas pioraram a situação pandêmica das duas cidades. Os resultados e conclusões apontaram ainda que a gestão pública falhou ao ordenar o espaço e a economia informal nas cidades da amostra. O governo local e o trabalho ambulante foram considerados como grandes responsáveis pela propagação da Covid-19 devido à aglomeração, más condições de higiene e saneamento. Em resposta à atuação dos ambulantes o Estado endureceu medidas de bloqueio físico e

restrições. No entanto, as mesmas apenas permitiram o surgimento de novas formas de comércio informal em novos locais. Não foi identificada resposta estatal que implementasse, ao mesmo tempo, ‘restrições em decorrência da pandemia’ e ‘ações sistematizadas que considerassem a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores informais no contexto pandêmico’, o que diminuiria o número de ambulantes nas ruas.

Como aconteceu em quase todos os espaços analisados pelos estudos identificados na RSL2, a omissão estatal em implementar políticas públicas eficazes, que considerem os dois contextos, apenas piorou a situação dos trabalhadores informais de rua e da população em geral. A aplicação de políticas públicas específicas para o comércio informal talvez fosse a resposta necessária à diminuição dos casos de Covid-19 e dos gastos advindos desta contaminação. Na verdade, segundo os resultados do estudo houve pouca ou quase nenhuma mudança advinda das medidas impostas para impedir a contaminação, uma vez que a corrupção dos agentes públicos responsáveis foi uma das implicações vivenciadas pelos ambulantes neste período. Na citação abaixo podemos conferir como os autores identificaram a dinâmica de convivência dos ambulantes com os agentes públicos e com as restrições e implicações impostas pelo período pandêmico:

“A Covid-19 desencadeou bloqueios e toques de recolher obrigatórios, bem como medidas para reestruturar os mercados e regular o comércio ambulante. Estas medidas restringem a utilização do espaço público, proporcionando, por sua vez, maiores oportunidades para a obtenção de subornos e assédio.” Kiaka, Chikulo, *et al* (2021 – tradução nossa)

No texto acima apresentado os autores deixam claro que, além do ‘pouco planejamento e eficácia’ das ações governamentais implementadas, na pandemia a corrupção dos agentes públicos foi uma das implicações enfrentadas pelos ambulantes durante o auge pandêmico. Esta observação dialoga com o que identificamos no ‘estudo 2’ desta RSL.

Estudo 9 – The utterly unforeseen livelihood shock: COVID-19 and street vendor coping mechanisms in Hanoi, Chiang Mai and Luang Prabang

O estudo foi realizado por três autores durante o primeiro semestre de 2020 (auge da pandemia) e relatou pesquisa que buscou ‘examinar como os vendedores ambulantes de três grandes cidades do Sudeste asiático – Hanói (Vietnam), Chiang Mai (Tailândia) e Luang Prabang (Laos) - experimentaram e responderam à primeira onda da COVID-19, considerando as restrições adicionais impostas por seus respectivos governos aos seus meios de subsistência e mobilidade.’ A metodologia adotou técnicas qualitativas, optando por

entrevistas semi-estruturadas com 61 vendedores ambulantes: 31 em Hanói; 20 em Chiang Mai; e 10 em Luang Prabang. As entrevistas foram realizadas em idioma vietnamita, tailandês ou laosiano, de acordo com a cidade na qual cada uma foi aplicada. No momento do estudo os entrevistados atuavam no centro das cidades investigadas e os temas abordados foram: tempo de atuação do entrevistado como vendedor ambulante, impactos econômicos, sociais, e sanitários da pandemia no trabalho de cada um, mecanismos de enfrentamento e reflexões sobre políticas governamentais para a categoria.

Os resultados e conclusões evidenciaram que a primeira onda da Covid-19 acarretou decisões governamentais que apresentaram implicações negativas sobre a mobilidade e demais itens analisados a respeito da atuação dos ambulantes nas cidades analisadas durante a pandemia. Ainda dentre os pontos destacados na conclusão os autores afirmam a necessidade dos governos aumentarem o acesso a fundos de emergência para os membros da economia informal, em vez de intensificar sua marginalização. Ao citar que estudos realizados no contexto pandêmico evidenciaram mudanças de comportamento das gestões públicas a respeito do trato com os trabalhadores informais de rua, coincidentemente a pesquisa retomou dados de estudo catalogado em nossa RSL1, onde identificou-se que, à medida que encaminhava-se para o fim da pandemia, 27 cidades chinesas estavam impulsionando, mesmo temporariamente, a atuação dos ambulantes como forma de ajudar na recuperação econômica e redução do desemprego (SONG, 2020).

5.1.1 Acrescentando à RSL2

Conforme já previsto na metodologia, aos resultados da RSL2 foram incorporadas contribuições expostas por autores brasileiros e estrangeiros que, apesar de não terem sido catalogadas nas duas RSL's aplicadas, em consequência das limitações assumidas pelo recorte amostral, entendemos como fundamentais para solidificar as discussões que envolvem os resultados desta pesquisa. Alguns inclusive já foram citados durante a construção dos capítulos deste trabalho acadêmico (ANTUNES, 2015; 2018; 2020; CACCIAMALI, 2000; KOWARICK, 1985; KREIN e WEISHAUP PRONI, 2010; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011; VERAS DE OLIVEIRA, VARELA e MARÍA CALDERÓN, 2023; BECK, 1997; RIFKIN, 1996; 2014). Os autores referenciados destacam-se por serem já bastante conhecidos entre os pesquisadores que analisam o fenômeno trabalho e seus desdobramentos. Os referidos abordam de forma justa o crescimento em número e importância da informalidade no mundo. No entanto, apesar dos esforços de pesquisadores como alguns dos supracitados para

comporem redes de estudos que propiciem discussões e análises sistemáticas a respeito do trabalho informal, nosso estudo observou que ainda há muito o que percorrer para que esta temática seja satisfatoriamente estudado pela academia.

Ao longo das últimas décadas pesquisadores têm desenvolvido esforços hercúleos a fim de superar entraves estruturais e estabelecer redes que sistematizem as reflexões necessárias sobre o trabalho informal. Dentro deste contexto estão algumas contribuições aportadas por Vêras (2011), ao destacar o contexto no qual surgiram instrumentos emblemáticos que contribuíram para o estudo da informalidade. Segundo o autor, dentre estes estão o ‘Relatório do Quênia’, produzido pela OIT em 1972 e base para criação de iniciativas como o Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC), dentre inúmeras outras iniciativas aportadas ao contexto relativo a este campo de pesquisa a partir daquela data.

5.1.2 Consolidando as discussões do objetivo 1

A síntese da avaliação efetivada na RSL2 identificou que ainda são poucos os estudos realizados, com critérios cientificamente válidos e replicáveis, capazes de discutirem de forma adequada o tema pesquisado. As discussões sobre o cenário refletido pelos resultados e conclusões dos estudos analisados apresentam um quadro onde comumente as gestões públicas, amparadas pelas legislações e pelo poder judicial, atuam contra os trabalhadores informais de rua como se eles fossem o problema e não um sintoma de que algo está errado (PORRAS SANTANILLA e RODRIGUEZ MORALEZ, 2022; MENDOZA, 2022). Além do exposto, em todos os estudos o tratamento marginal dispensado pelo Estado aos trabalhadores informais de rua (ambulantes) foi identificado como um traço comum e causador de enfrentamentos constantes na busca por direitos, principalmente o direito destes ao trabalho.

As observações permitem inferir que a referida marginalização é um traço emblemático caracterizador de como os ambulantes são tratados em todos os países da amostra. Na análise também fica claro que a negação de direitos e o trato marginal ocorreram antes e durante o período pandêmico, sendo um elemento incorporado à estrutura cotidiana e historiográfica vivenciada pelos trabalhadores em seus respectivos países. Mesmo nos estudos onde o poder público permitiu certo empoderamento aos trabalhadores (MARTÍNEZ e YOUNG, 2022) havia sempre algumas ressalvas que possibilitavam a grupos específicos a imposição de seus interesses em detrimento dos ambulantes. A ação omissa das gestões públicas analisadas permitiu, inclusive na pandemia, que o trato estatal com este segmento

fosse realizado prioritariamente na base da informalidade, da coerção e da corrupção de agentes públicos (BELCIC, 2022).

A Colômbia apresentou cenário particularmente interessante, ao vivenciar os dois extremos na relação do poder público com o trabalho informal ambulante. Ao tempo em que destaca a omissão estatal colombiana em garantir o direito universal dos ambulantes ao trabalho digno (PORRAS SANTANILLA e RODRIGUEZ MORALEZ, 2022), a RSL2 demonstrou que, apesar do exemplo supracitado o país também se apresenta como referência para a América Latina desde 1991, quando realizou uma reforma em sua constituição e criou instrumento legal chamado “Tutela”, iniciativa que permite a qualquer cidadão o acesso direto aos seus direitos (auto-advocacia), sem a intermediação de um advogado, quando for necessário acessar a defesa de direitos fundamentais, como Saúde e Trabalho. Este instrumento tem sido utilizado com êxito pelos ambulantes para defender seu direito ao trabalho, inclusive na pandemia (MARTÍNEZ e YOUNG, 2022).

Dentre as implicações vivenciadas pelos ambulantes no período pandêmico, expostas nos estudos 2, 3, 4, 6 e 8, a mais preocupante do ponto de vista da gestão pública diz respeito à que se refere à corrupção dos agentes públicos, uma vez que a partir dela, todas as demais (econômicas, físicas, mentais emocionais) ganham status de ‘dano significativo e iminente’ à vida destes trabalhadores, uma vez que o pouco recurso adquirido, ao invés de utilizar-se para suprir as carências criadas pelas implicações acima expostas, acaba sendo desviado para prioritariamente suprir a corrupção dos agentes públicos. Esta é uma realidade existente na maioria dos países e infelizmente característica da relação informal estabelecida entre os ambulantes e o Estado.

Por todo o exposto infere-se que a atual situação social dos ambulantes ainda apresenta potencial de preocupação, uma vez que o segmento há muito tempo situa-se como o mais vulnerável a compor o trabalho informal (HERNANDEZ LINARES, 2023; MARTÍNEZ e YOUNG, 2022; MENDOZA, 2022). No entanto, ainda há esperança. Dentre os exemplos identificados nos estudos analisados está o já citado espaço legal que a Colômbia há algumas décadas vem dando para os trabalhadores ambulantes defenderem sua atuação e também iniciativas de governos no Sudeste asiático, que mesmo temporariamente como no caso da pandemia, têm servido como exemplo de possíveis políticas públicas capazes de tratar de forma digna estes trabalhadores (TURNER, LANGILL e NGUYEN, 2021).

5.2 Objetivo 2 – encontrando as implicações sofridas pelos ambulantes no período pandêmico:

Inicialmente as entrevistas eram o instrumento planejado em nossa metodologia para cumprir o objetivo 2 (identificar as implicações sofridas pelos ambulantes durante o período pandêmico). No entanto, a fim de otimizar o referido processo, acrescentamos as considerações feitas também nos estudos da RSL2 e em matérias locais e nacionais, conforme exposto no quadro 6. Desta forma, os resultados que agora expomos, consideraram três aspectos: As leituras realizadas na RSL2, as entrevistas realizadas, as matérias que relataram a atuação dos ambulantes de João Pessoa no período pandêmico.

Quadro 6: Implicações sofridas pelos ambulantes no período pandêmico

IMPLICAÇÃO	ESTUDOS DA RSL2	ENTRE VISTAS	REDES ²³ SOCIAIS	IMPLICAÇÃO VIVENCIADA EM JOÃO PESSOA	IMPLICAÇÃO VIVENCIADA FORA DE JOÃO PESSOA
1 - Implicações econômicas;	1 – ‘Estudos 3, 4 e 6’	X	X	X	X
2 – Implicações emocionais;	2 – ‘Estudo 4’	X		X	X
3 – Saúde física;	3 – ‘Estudo 4’	X		X	X
4 – Saúde mental.	4 – ‘Estudo 4’	X		X	X
5 – Corrupção dos agentes públicos	5 – Estudos 2 e 8				X

O quadro acima apresenta os resultados da catalogação que buscou cumprir o proposto para o objetivo 2 e identificar as implicações sofridas pelos ambulantes durante o período pandêmico. Apesar de grande parte das referidas serem estruturais e representarem

²³ <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/carnaval-sem-festa-tem-ambulante-que-esta-passando-fome-diz-representante-de-associação/>; <https://www.maispb.com.br/544797/pandemia-impede-pelo-2o-ano-consecutivo-realizacao-da-festa-das-neves-nas-ruas-da-capital.html>; <https://www.blogdobgp.com.br/2023/02/23/numero-de-camelos-no-centro-de-joao-pessoa-tem-aumento-de-43-pedestres-reclamam/>

dificuldades enfrentadas pelo segmento também antes da pandemia, neste caso específico seguem como implicações da Covid-19 porque foram agravadas pela omissão estatal, uma vez que a otimização de suas conseqüências poderiam ter sido evitadas, caso houvesse política pública que considerasse a existência destes trabalhadores como parte da economia no período pandêmico.

No quadro identifica-se tanto as implicações vivenciadas pelo segmento em outros locais, quanto as vivenciadas pelos ambulantes em João Pessoa. As referidas foram codificadas em 5 categorias. Cada uma delas contempla os seguintes aspectos:

1 – Categoria das implicações econômicas: identificadas nos estudos 3, 4 e 6, detalham especificamente as seguintes situações:

Os estudos identificaram a insegurança financeira dos ambulantes destacando o agravamento gerado pela pandemia nos recortes amostrais adotados em cada uma das pesquisas analisadas (pesquisas relatadas nos estudos 3, 4 e 6). No entanto, o que merece destaque é que trata-se de grupos de trabalhadores classificados entre os mais vulneráveis da economia, caracterizados por negação de direitos e uma invisibilidade social histórica e estrutural, imposta pelo Estado em praticamente todas as partes do mundo. Cabe no mínimo a reflexão sobre se o que foi desenvolvido para estes trabalhadores correspondeu satisfatoriamente ao esperado de uma ‘gestão pública da coisa pública’ que se proponha democrática e defenda o direito de todos. Ou seja, o básico em temas de gestão pública.

2 – Categoria das implicações emocionais:

As constatações que permitiram classificar as implicações emocionais como resultado deste objetivo estão expostas nos resultados e conclusões dos estudos 2 e 4, bem como na transcrição da entrevista realizada com a presidente da Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (Ameg), onde a mesma relata casos de violência doméstica, depressão, separação e aprofundamento de adicção ao álcool.

3 – Categoria da saúde física:

Esta implicação foi identificada no estudo 4 quando analisou-se a atuação dos ambulantes em outros países, bem como foi corroborada pelos resultados das entrevistas realizadas com a presidente da Ameg e o representante da União Nacional dos Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil (Unicab).

4 – Categoria da saúde mental:

Estas implicações foram identificadas no mesmo estudo e nas mesmas entrevistas realizadas para identificar a categoria das implicações da saúde física. As implicações mentais comumente observadas foram: depressão, síndrome do pânico, transtornos de ansiedade diversos e adicção a drogas.

5 – Categoria Corrupção dos agente públicos:

A identificação das implicações que compõem esta categoria constituem um desafio para o pesquisador. Dessa forma, identificou-se as referidas nos estudos bibliográficos analisados, mas a implantação de estratégias para identificá-la no espaço amostral não foi possível por questões de logística.

5. 2.1 Contatos diretos – as entrevistas:

Quadro 7: Principais implicações da pandemia para o trabalho informal ambulante identificadas nas entrevistas

	Implicações em João Pessoa	Implicações em outros locais	Data da entrevista	Objetivo da entrevista
Entrevistado 1: Liderança representante de entidade dos ambulantes em João Pessoa e na Paraíba.	Implicações financeiras, econômicas, de saúde física, mental e emocional;	-----		Identificar implicações sofridas pelos ambulantes de João Pessoa durante o período pandêmico.
Entrevistado 2: Representante nacional e internacional dos camelôs, ambulantes e feirantes.	-----	Implicações financeiras, econômicas, de saúde física, mental e emocional;		Identificar implicações sofridas pelos ambulantes de outras regiões do Brasil e outros países durante o período pandêmico.
Entrevistado 3: Representante da prefeitura de João Pessoa.				Formulário de entrevista foi enviado e cobrado, mas não houve retorno

5. 2.2 Considerações sobre as entrevistas

Inicialmente foi planejada a realização de 4 entrevistas: uma com a presidente da associação que congrega a maior parte dos ambulantes de João Pessoa; outra com uma liderança nacional dos ambulantes, que também é representante latino-americano da categoria; outra com o presidente do sindicato dos ambulantes de João Pessoa (Sindiambulantes-PB), e outra com um representante da prefeitura (PMJP). No entanto, após várias tentativas de contato, só foi possível realizar duas as primeiras entrevistas, uma com a presidente da ‘Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba’ (Ameg), codificada como ‘entrevistada1’, e uma com o representante nacional e latino-americano dos camelôs, ambulantes e feirantes, codificado como ‘entrevistado2’. A entrevista realizada com o entrevistado2 serviu para analisarmos o contexto latino-americano no qual está inserida a realidade de nossa amostra laboral, bem como as discussões nacionais com as quais os resultados encontrados dialogam.

Neste momento cabe também destacar que nosso planejamento metodológico pretendia fazer uso do ‘atlas.ti’ para a codificação das entrevistas. No entanto, além de termos realizado apenas duas entrevistas, o fato do software ser pago e de seu período gratuito ser muito pequeno (5 dias apenas) não permitiu sua utilização.

A fim de mantermos a fiabilidade de nossas observações nesta etapa do objetivo2, recordamos que, apesar do exposto, consideramos que as duas entrevistas realizadas e agora analisadas, representam uma amostra viável para esta pesquisa, uma vez que durante a análise dos encontros protagonizados entre os ambulantes e a prefeitura, a defesa dos direitos da categoria foi protagonizada apenas pela associação. A referida análise foi realizada através de acesso à cobertura noticiosa realizada por veículos de imprensa e está prevista no quadro 18 como um dos instrumentos utilizados na consecução do ‘objetivo 2’. A associação está ligada à União Nacional dos Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil (Unicab), entidade da qual o segundo entrevistado (entrevistado2) é um dos diretores nacionais.

5. 2.3 Direto à análise

Havendo exposto as variáveis que contextualizam nossas considerações, seguimos para as observações possíveis a partir das duas entrevistas realizadas. Conforme exposto em nossa introdução, o objetivo deste momento era definir as principais implicações da pandemia do Covid-19 sofridas pelos ambulantes durante o auge pandêmico. Nossos

resultados apontaram coadunação do relatado pela presidente da Ameg (entrevistada1) com o encontrado pela RSL2, instrumento utilizado inicialmente para cumprir o proposto para o objetivo1, mas que ao longo da pesquisa também contribuiu naturalmente com o objetivo 2, objeto deste momento. Reiteramos então que, as implicações relatadas na RSL2 também estiveram presentes no cotidiano laboral dos ambulantes de João Pessoa.

As implicações catalogadas na RSL2 foram apresentadas no quadro 6, e destacam que a pandemia trouxe conseqüências financeiras, econômicas, de saúde física, de saúde mental e de saúde emocional nos espaços geográficos abordados pelas pesquisas analisadas. A incidência destas implicações na vida dos ambulantes de João Pessoa foi confirmada pela entrevista realizada com a presidente da Ameg (entrevistada1) e por acesso a portais noticiosos e segue abaixo interpretada.

Apesar de ser possível identificar que as outras categorias também enfrentaram conseqüências afins, no caso dos trabalhadores analisados nesta pesquisa²⁴ o fator agravante destaca-se pelos referidos comporem segmento desassistido do mínimo de seguridade social e para os quais o auxílio governamental oferecido representou aporte financeiro infinitamente menor que para os que tinham salário e previsão de assistência inerente a direitos trabalhistas já conquistados e consolidados. Esta realidade levou os ambulantes a se aventurarem nas ruas como única forma de sobreviver, expondo-se a riscos que talvez só os médicos que estavam na linha de frente se expuseram durante o auge pandêmico. A presidente da Ameg destacou o contexto que ensejou este processo e as conseqüências do recolhimento forçado para estes trabalhadores:

Foi o período da pandemia onde perdemos mais pessoas na nossa história de luta pela sobrevivência. Nosso povo foi muito afetado. Foi um grupo de pessoas que como têm casas muito pequenas e às vezes várias famílias morando dentro, ou até mesmo uma família, mas muitas pessoas nela, não dava pra ficar fechado dentro de casa. Algumas pessoas viraram alcoólatras, houve muita agressão entre a família porque a gente vive de vender bebida. As bebidas têm data de validade. Pra não perder as que venciam, eles bebiam, pegavam a carne do espetinho e comiam com a bebida e depois ficavam com problemas e sem dinheiro. Houve separação, muitas mulheres agredidas. Mulheres me ligando dizendo que não estavam agüentando seus maridos. Muitas mulheres engravidaram no período da pandemia. Quando não queriam ter relações alguns maridos ficavam dizendo que elas estavam com outro. Nossa saúde mental, nosso processo psicológico ficou muito abalado. Como temos muitos grupos, essa informação de que ‘morreu mais’ um deixava muita gente assustada. Principalmente quem já tinha outros problemas de saúde. Tudo isso afetou demais. (entrevistada1)

²⁴ Os trabalhadores ambulantes de João Pessoa

A situação particular dos ambulantes de João Pessoa, apresentada na fala acima, apesar de demandar atuação do poder público, não encontrou, segundo a presidente da Ameg, resposta alguma por parte da gestão municipal. Ela destacou ainda que, no auge pandêmico a categoria só foi atendida pelo poder público municipal (e estadual) graças à intervenção do Ministério Público Federal (MPF). Mesmo assim, apenas com a doação pontual de cestas básicas, conforme relato abaixo:

A prefeitura foi muito ausente na vida dos ambulantes no período da pandemia. Ela não fez projeto algum, mas nós fomos atendidos (por ela) por meio da intervenção do Ministério Público Federal (MPF), que vendo nossa situação fez um pedido à prefeitura para nos atender e houve doação de cestas básicas naquele momento. (entrevistada1)

O relato acima reflete um cenário onde a categoria foi tratada como invisível e marginal pela prefeitura de João Pessoa, em um momento de extrema fragilidade destes trabalhadores. O processo de relaxamento da quarentena é um importante exemplo de que a gestão pública do nosso espaço amostral apenas suportou a existência destes trabalhadores, mas não os enxergou como parte dos atores que devem ser considerados no cotidiano da cidade, o que historicamente tem gerado enfrentamentos entre a prefeitura e a categoria. A partir das afirmações da entrevistada1 podemos constatar que este comportamento representou graves conseqüências para os ambulantes e não cessou com as medidas de flexibilização das ações sanitárias, uma vez que representa praxe enraizada na gestão pública:

(...) quando o comércio abriu, nós não fomos liberados. Voltamos pela nossa luta, pela nossa garra e porque temos coragem de enfrentar, mas não houve uma liberação. De forma alguma. Por exemplo: vender máscaras. Pessoas que trabalhavam em frente de supermercados, eles trabalhavam porque eram duros e suas necessidades os levaram ali. A gente voltou na dura, na tora. (...) nós não fomos encaixados em nenhuma reunião para sermos respeitados e orientados. Tipo: olhe! Vocês vão trabalhar e vai ter essa assistência... Vocês vão ter um ponto para lavar as mãos... Vai ser colocado aqui um equipamento para os trabalhadores e a população em geral. (...) O que a gente acredita que poderia ter sido feito (pela prefeitura) era ter ajudado muito mais nas doações de alimentos, porque eles tinham o cadastro do nosso povo. Todos eram cadastrados, principalmente o pessoal de eventos. Eles também tinham uma atualização do pessoal do centro, das feiras. Então a gente imaginava que seria mais fácil o acesso a alimentação no sentido de cestas básicas. (...) A outra situação é que em várias outras cidades ficamos sabendo que os prefeitos doaram valores financeiros. Não tivemos isso aqui. (entrevistada1)

A categoria dos trabalhadores ambulantes de João Pessoa foi simplesmente ignorada pela gestão pública municipal nas demandas naturais criadas a partir das implicações geradas pelo período pandêmico. Este comportamento replicou procedimento identificado como estrutural e emblemático pelos estudos da RSL2, o que estabelece diálogo entre o objetivo1, o objetivo2 e fortalece a tendência à comprovação da hipótese desta dissertação.

5. 2.4 Contexto latino-americano e realidade nacional

O entrevistado2 é um dos diretores da União Nacional dos Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil (Unicab) e também representante do continente americano na organização ‘StreetNet Internacional’, entidade criada na África do Sul em 14 de novembro de 2002 para congregar os camelôs, ambulantes e feirantes no mundo e discutir as demandas da categoria por direitos e participação nos fóruns de discussão sobre o trabalho informal.

A Unicab foi criada em 2016 pela ação direta da ‘StreetNet Internacional’, que por sua vez foi criada pela Sewa, entidade indiana que há 30 anos congrega mulheres trabalhadoras na Índia. Em todo o mundo o crescimento do trabalho informal tem levado os trabalhadores mais vulnerabilizados deste setor a se organizarem para se auto-advogarem. O entrevistado2 traz em suas considerações a leitura de alguém que está inserido em um contexto de luta por espaços locais, nacionais internacionais.

No Brasil ele representa os ambulantes na luta pela instalação da Frente Parlamentar do Trabalho Informal, que tem buscado instalar no Congresso Nacional um grupo de trabalho permanente em defesa dos trabalhadores informais. Em sua avaliação, durante a pandemia as gestões municipais, tanto no Brasil quanto nos demais países americanos, trabalharam apenas em função da pressão do movimento social organizado. “Em praticamente todos os países do mundo os camelôs, ambulantes e feirantes passaram pelas mesmas dificuldades para trabalhar e colocaram suas vidas em risco da mesma forma” (entrevistado2). Ele destacou ainda as ações que a categoria tem realizado no sentido de garantir direitos universais e fundamentais como o direito ao trabalho:

A Convenção 204 da OIT tem sido trabalhada por nós enquanto movimento para propor melhorias significativas que considerem os ambulantes. Dois terços dos trabalhadores do mundo estão na informalidade. Queremos que instrumentos como o MEI sejam utilizados para formalizá-los, mas queremos estar onde há comércio e esses espaços são as ruas. Queremos ser MEI, mas queremos estar nas ruas (entrevistado2).

A citação acima destaca uma constante organização dos trabalhadores ambulantes. Segundo ele as discussões em torno da conquista e da garantia de direitos devem tomar cada vez mais corpo após a pandemia. Participante dos fóruns internacionais a respeito do trabalho informal, o entrevistado relata como o movimento saiu a nível mundial da crise gerada pela Covid-19:

Sáímos mais decididos a lutar pelos nossos direitos. Atualmente estamos sendo vítimas de um sistemático processo de marginalização, mas não vamos nos acovardar. Vamos à luta pelo direito à cidade. Somos trabalhadores e o direito ao trabalho é um direito humano e universal (entrevistado2).

Por fim nas considerações desta entrevista identificou-se que tanto a nível local, quanto nacional e internacional os ambulantes demonstram estarem cada vez mais conscientes e dispostos a lutar por espaço digno dentre os atores que compõem o desenvolvimento urbano das cidades. Esta entrevista contribuiu com nossa pesquisa à medida que aporta relatos que evidenciam a forma como os trabalhadores estão enfrentando uma situação de negação de direitos e marginalização estrutural de sua atuação.

5.3 Objetivo 3 – resultados e discussão a partir da utilização da análise documental:

Na apresentação dos resultados da análise documental relembramos que seguimos os passos prescritos por Cellard (2012). Segundo o autor, a análise documental comumente realiza-se em três fases, a saber: 1 - Pré-análise; 2 – Organização do Material; 3 – Análise dos dados coletados. Segue abaixo quadro demonstrativo dos documentos catalogados em cada uma das referidas.

Quadro 8: etapas da análise documental

	Documentos produzidos antes da pandemia	Documentos produzidos durante e depois da pandemia	Forma de acesso
PRÉ-ANÁLISE	Código de Postura do Município de João Pessoa	Prestação de Contas Anual (PCA) da PMJP ao TCE-PB	Portal do TCE-PB Portal da Prefeitura de João Pessoa
ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL	Foi escolhido o Código de Posturas do Município de João Pessoa para a análise uma vez que é o documento que deve prever o contexto de atuação destes trabalhadores e as ações da gestão municipal a respeito deles;	Foi escolhido o documento ‘Relatório de Prestação de Contas Anual (PCA) da prefeitura de João Pessoa junto do TCE-PB para a análise dos gastos com o segmento ambulante no período pandêmico por ser o instrumento adequado para a prestação anual de contas junto ao órgão competente;	-----
ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	Os ambulantes são citados de maneira superficial e não está previsto iniciativas que visem política pública para trabalhar com o segmento.	Não foram identificados gastos direcionados especificamente aos ambulantes durante o período pandêmico.	-----

Fonte: Elaboração própria

5.3.1 Análise dos PCAs 2020 e 2021

Os PCA's 2020 e 2021, demonstraram por meio das prestações de contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa ao TCE-PB que não houve gastos que possam indicar iniciativas de atenção aos trabalhadores informais do município (TCE-PB, 2022;

TCE-PB, 2023). O exposto corrobora o relatado pela representante dos referidos trabalhadores durante a entrevista semi-estruturada realizada para esta pesquisa:

A prefeitura foi muito ausente na vida do trabalhador ambulante no período da pandemia. Não fez projeto algum, não esteve presente. Nós que através de ofícios fomos atendidos com cestas básicas a partir da intervenção do Ministério Público Federal (MPF) junto à PMJP. (Entrevista com a presidente da Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba - Ameg)

5.3.2 Análise do Código de Posturas de João Pessoa

A análise realizada no Código de Posturas municipal de João Pessoa identificou que a atuação dos ambulantes é contemplada de forma superficial, particularmente no artigo 232, parágrafo único do referido documento. Enfoca-se mais a normatização e penalizações do que um possível tratamento equitativo entre o direito de ir e vir dos pedestres que utilizam o passeio público e o direito ao trabalho dos ambulantes que utilizam o mesmo espaço urbano.

Não há menção a política pública que contemple a categoria dos trabalhadores ambulantes e tampouco a atuação dos mesmos é citada de forma a contemplar suas demandas, sendo antes realizada de forma superficial, sem prever iniciativas que resultem em obtenção de alguma garantia de direitos. Apesar de, a princípio, não ser função direta do Código de Posturas a previsão de ações características de políticas públicas, entendemos que a alusão a algo concreto nesta direção seria importante início de solução para os constantes conflitos resultantes do tratamento análogo à invisibilidade que os normativos e ações das gestões públicas comumente assumem no trato com a categoria dos ambulantes.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa tentou refutar a hipótese de que ‘houve descaso da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com a categoria dos trabalhadores informais ambulantes que atuaram no município durante o auge da pandemia (2020-2021), e seguindo tendência histórica, a prefeitura replicou o comportamento de outros municípios, em várias partes do mundo, ao reservar tratamento marginal para o segmento supracitado.

Após utilização dos passos planejados em nossa metodologia, observamos que os resultados dos três objetivos específicos traçados permitiram inferir, dentro do escopo eleito para o recorte amostral, que os trabalhadores ambulantes constituem-se como os mais vulneráveis a comporem o segmento do trabalho informal. Esta condição os relega a serem alvo de um processo estrutural historiografado ao longo das últimas décadas de negação de direitos nos mais diversos países analisados.

Segundo os resultados o período pandêmico agravou a situação destes trabalhadores e trouxe para a categoria implicações que foram retratadas pelos estudos da RSL2 e corroboradas pelas entrevistas e análise documental sobre os ambulantes de João Pessoa. Tanto nos países analisados, quanto na Capital pessoense os trabalhadores vivenciaram no auge pandêmico implicações econômicas, físicas, mentais e emocionais, que demandaram ação efetiva do poder público municipal de João Pessoa, mas que não encontraram resposta eficaz, segundo entrevista realizada com a presidente da associação que congrega a quase totalidade dos ambulantes do município e também segundo pesquisa documental que analisou no site do TCE-PB os relatórios de ‘Prestação Anual de Contas’ (PCA) para os anos de 2020 e 2021.

Os estudos da RSL2 destacaram ainda que as referidas implicações foram potencializadas pela omissão estatal e corrupção dos agentes públicos. Por limitações logísticas a corrupção dos agentes públicos, identificadas nos estudos analisados na RSL2 não pode ser averiguada em João Pessoa.

As conclusões desta pesquisa dialogam com o apresentado no marco teórico adotado, a fim de estabelecer coerência e contextualizá-la dentro das discussões inerentes ao trabalho e sua dinâmica de funcionamento no sistema capitalista. Considerando o exposto, podemos concordar com a tese Marxiana onde o desemprego é tratado como parte da estrutura que mantém o sistema capitalista e sem o qual o próprio sistema não subsistiria. Lembramos que, para Marx (1979), a lógica capitalista assume como necessária a existência de uma mão de

obra excedente que sirva para pressionar a classe trabalhadora quando a mesma decida defender melhores condições de trabalho. A esta mão de obra o autor denominou de ‘exército industrial de reserva’, condição que explica a existência do trabalho informal, uma vez que a massa desocupada e marginalizada precisa sobreviver, e, para tanto, comumente faz uso de iniciativas que estão à margem da formalidade capitalista.

Ainda nos reportando ao diálogo com o marco teórico desta pesquisa, lembramos que o argentino José Luís Nun (1969) foi escolhido como nosso referencial por retomar as supracitadas construções Marxianas e a elas acrescentar o conceito de massa marginal, suas particularidades e contexto latinoamericano. Com base nos pressupostos dos autores citados, e no que foi exposto pelos resultados desta pesquisa, acreditamos que além de estrutural, o trabalho informal com as configurações atuais (e no recorte amostral desta dissertação, o trabalho informal ambulante) insere-se em um cenário que apresenta o aumento recorde da precarização laboral e da negação de direitos básicos, fundamentais e universais.

A partir da interpretação dos resultados e do diálogo estabelecido entre estes e o marco teórico adotado, pode-se concluir que a hipótese apresentada não pôde ser refutada, conforme pretendia nosso percorrido metodológico. Desta forma, conclui-se a presente pesquisa afirmando que houve descaso da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com a categoria dos trabalhadores informais ambulantes que atuaram no município durante o auge da pandemia e seguindo tendência histórica, a prefeitura replicou o comportamento de outros municípios, em várias partes do mundo, ao reservar tratamento marginal para este segmento.

A respeito das limitações da pesquisa destacamos que, apesar de termos utilizado metodologia que adotou três técnicas para a obtenção dos dados, entendemos que os resultados poderiam ter sido otimizados se o trabalho de campo tivesse começado um pouco antes do que efetivamente começou. No entanto, acreditamos que a pesquisa oferece aporte a ser considerado por pesquisadores que se dediquem ao estudo do trabalho informal, tanto ambulante como em outras configurações, a exemplo do trabalho informal realizado por meio das plataformas digitais e outras conformações que apresentem precarização afin.

BIBLIOGRAFIA

AHMED, Noman E. A. Examining Challenges Experienced by Street Vendors in the Global South: Case of Karachi. **Proceedings of the Institution of Civil Engineers. Urban Design and Planning**, n. I, p. 15-24, 2021.

ALFORD, Matthew; UMA, Kothari; POTTINGER, Laura. Re-articulating Labour in Global Production Networks: The Case of Street Traders in Barcelona. **Environment and Planning. D, Society & Space**, 2019.

ALVES, Hayda; SARA, Scorel. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2012. 99-115.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, p. 136, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Brasil: Boitempo, 2015.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão [recurso eletrônico]**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, v. (Mundo do trabalho), 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSIS, J. P. D. E. A. **Glossário de estatística**. Mossoró: EduFERSA, 2019. 901 p.

BECK, U. **Capitalism without work**. Dissent: [s.n.], 1997.

BELCIC, S. La venta callejera en tiempos de pandemia. Disputas por el espacio público en Buenos Aires. **Bitácora**, v. 32(II), p. 159-170, mayo-agosto 2022.

BÍBLIA, A. **Com o suor do teu rosto comerás o teu pão**. [S.l.]: João Ferreira de Almeida Atualizada, 2018. Velho Testamento (Gênesis 3:19).

BROMLEY, R. Organization, regulation and exploitation in the so-called 'urban informal sector': The street traders of Cali, Colombia. **World Development**, v. 6, n. 9-10, p. 1161–1171, setembro-outubro 1978.

BURNETT, Annahid. O Debate sobre Dependência, Marginalidade e Informalidade: Para Uma Perspectiva de Abordagem do Fenômeno Sulanca. **Em Debat: Rev. Dig.**, Florianópolis, p. 140-161, jan-jun 2013.

C. C. DE SOUZA, D. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal.** [S.l.]: cadernos cemarx, n 02, 2005.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 153-174, Jun 2000.

CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean, et al. **Pág. 295-316.** **In: A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERQUEIRA, E. D. S. Considerações acerca do conceito de informalidade. **Produção Acadêmica**, p. 123–133, 2017. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3644>.

CIA ALVES, Et A. Como Fazer uma Revisão Sistemática da Literatura? Um Guia Prático em Governança Marinha. In: FERNANDES, I. (). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências.** Boa Vista: IOLE, 2022. Cap. 4.

CUVI, Jacinto. The Peddlers' Aristocracy: Social Closure, Path-Dependence, and Street Vendors in São Paulo. **Qualitative Sociology**, 2019.

EKO, Handoyo et al. Economy Impact of the COVID-19 Prevention Policy on Business Continuity and Welfare of Street Vendors. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, Java Central, v. 17, p. 1781-1788, October 2022. ISSN 6.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. E. A. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 23, 2014.

FONSECA, R. C. V. D. **Metodologia do trabalho científico.** 1ª. ed. Curitiba: IESDE, 2012. 90p p.

FRANÇA, T. D. N. **A substituição da mão-de-obra escrava e a opção pela grande imigração no estado de São Paulo.** São Paulo: 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

GALVÃO, Maria C. B.; IVAN, Luiz M. R. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, p. 57-73, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERNANDEZ LINARES, Daniel A. Violence and discrimination against street vendors in the pandemic scenario. **Human Review - International Humanities Review**, p. 1-14, 2023.

HOBBSAWN, Erick J. **A era do Capital: 1848-1875**.

HOPENHAYN, M. **El Trabajo, itinerario de um concepto**. 1^a. ed. Santiago: PET, 1988.

IBGE. Informalidade no Mercado de Trabalho – 2019, maio 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv108270.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2021.

IBGE, Instituto B. D. G. E. E. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro. 2021.

ILO. **Guidelines concerning a statistical definition of informal employment, endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statisticians in: Seventeenth International Conference of Labour Statisticians**. Geneva. 2003.

ILO. **World Employment and Social Outlook: Trends 2023 (WESO Trends)**. ILO. Geneve, p. 190. 2023.

KIAKA, Richard et al. “The street is ours”. A comparative analysis of street trading, Covid-19 and new street geographies in Harare, Zimbabwe and Kisumu, Kenya. **Segurança alimentar**, v. 13, p. 1263-1281, 2021.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 188p.

KREIN, José D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, p. 77-104, abril 2018. ISSN 1.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, v. 1 (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 4), 2010.

MALASAN, Prananda L. The untold flavour of street food: Social infrastructure as a means of everyday politics for street vendors in Bandung, Indonesia, v. 60, p. 51-64, 2019.

MARCONI, Marina D. A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica, São Paulo, n. 5ª, 2003.

MARTÍNEZ, Lina; JOHN, Rennie S.; ESTRADA, Daniela. The Diversity of the Street Vending: A Case Study of Street Vending in Cali. **Cities**, v. 79, p. 18-25, 2018.

MARTINEZ, Lina; RIVERA-ACEVEDO, Juan D. Debt portfolios of the poor: The case of street vendors in Cali, Colombia. **Sustainable Cities and Society**, v. 41, p. 120-125, Agosto 2018.

MARTÍNEZ, Lina; YOUNG, Graeme. Street vending, vulnerability and exclusion during the COVID-19 pandemic: the case of Cali, Colombia. **Environment & Urbanization**, v. 34, n. 2, p. 372-390, 2022.

MARX, K. “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” (cap. XXIII), In: O Capital (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 (pp. 712-827).

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2ª. ed. São Paulo: Summus, 2012.

MENDOZA, Vicente M. Pandemia, (pos)neoliberalismo y desamparo del comercio callejero en México. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, v. 32, n. 2, 2022.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital. Brasil**. [S.l.]: Buobooks.com, 2021.

NANDRU, Prabhakar E. A. Examining the Influence of Financial Inclusion on Financial Well-being of Marginalized Street Vendors: An Empirical Evidence from India. **International Journal of Social Economics**, 2021.

NUN, José. Superpoblación re lativa, ejército industrial de reserva y masa marginal (La marginalidad en América Latina). **Revista Latinoamericana de Sociología**, v. 2, 1969. Número especial.

NUN, José L. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. **Novos estudos Cebrap**, p. 43-62, março 2000. ISSN n.º 56. (trad. Alexandre Morales).

NUN, J. L. **Marginalidad y Exclusión Social**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

NYABEZE, K.; CHIKOKO, W. Socio-economic impact of COVID-19 lockdown measures on the informal sector livelihoods in Zimbabwe, p. 231-239, nov. 2021.

OIT. **Women and men in the informal economy: A statistical picture. Third edition**. [S.l.]. 2018.

PELOTAS, Instituto D. C. H. U. F. D. História em Revista. **Documentação Histórica**, Pelotas, v. 21/22, dez 2015/2016.

PORRAS SANTANILLA, Laura C.; RODRIGUEZ MORALEZ, Andrés. ¿La Corte Constitucional colombiana está dejando de proteger el trabajo de los más pobres? **Rev. latinoam. derecho soc**, Cidade do México, v. n. 35, p. 3-26, dic 2022.

PRODANOV, C. C.; CESAR DE FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, A. **Notas sobre o conceito de marginalidade**. In: PEREIRA, L. (Org.). **Populações marginais**. São Paul: Duas Cidades, 1978. 11-72 p.

RAVIKUMAR, Thangaraj et al. Financial stress, financial literacy, and financial insecurity in India's. **Investment Management and Financial**, v. 19, p. 285-294, 2022.

REIS, Maria J. B. D. O. **Trabalho e informalidade: a função social dos trabalhadores ambulantes no espaço urbano**. Rio de Janeiro. 2017.

RIFKIN, J. **El fin del trabajo**. Barcelona: Paidós, 1996.

RIFKIN, J. **The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

ROMERO-MICHEL, Jessica C.; AL., Et. Health and Economic Measures in Response to the COVID-19 Pandemic- Effect on Street Vendors. **Journal of Infection in Developing Countries**, p. 198-203, 2021.

SABELLA, A. R.; EL-FAR, M. T. Entrepreneurship as an Everyday Form of Resistance. **International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research**, v. 6, 2019.

SALDANHA DOS SANTOS, C. **Introdução à Gestão Pública**. [S.l.]: Saraiva, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SHUMAILA, Zeb; SYED SHAHWAR, Hussain; ASMA, Javed. COVID-19 e um caminho a seguir para restaurantes e vendedores de comida de rua. **Cogent Business & Management**, p. 10, 2021.

SONG, Shangcong. Street Stall Economy in China in the Post-Covid-19 Era: Dilemmas and Regulatory Suggestions. **Research in Globalization**, 2020.

TCE-PB. **Relatório Inicial - Análise de Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de João Pessoa**. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. João Pessoa, p. 93. 2022.

TCE-PB. **PCA - Relatório de Prestação de Contas Anual**. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. João Pessoa, p. 124. 2023.

TÉCNICA, Nota. **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia**. Ipea. [S.l.]. 2007.

TURNER, Sarah; LANGILL, Jennifer C.; NGUYEN, Binh N. The utterly unforeseen livelihood shock: COVID-19 and street vendor coping mechanisms in Hanoi, Chiang Mai and Luang Prabang. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 42, p. 484-504, 2021.

UFSCAR, L. **Termos e Condições de Uso Da Ferramenta StArt**. [S.l.]: [s.n.], 2017.

UNNI, jeemol. Impact of Lockdown Relief Measures on Informal Enterprises and Workers. **Economic and Political Weekly (2020): Economic and Political Weekly**, 2020.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. **Marchas e**

contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens, João Pessoa, 2011.

VERAS DE OLIVEIRA, R.; VARELA, P.; MARÍA CALDERÓN, A. **Informalidad en América latina: Un debate actual?** Alicante: Une, 2023. 404 p.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo (Livro eletrônico)**. Tradução de Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2020.

APÊNDICE

QUADROS DA RSL1:

Quadro 9: Critérios de inclusão		
CI1	O estudo relata marginalização dos ambulantes;	
CI2	O estudo relata gestão pública ajudando ambulantes na pandemia;	
CI3	Trabalhos publicados e disponíveis integralmente nas bases científicas buscadas;	
CI4	Estudo relata precarização do trabalho dos ambulantes.	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 10: Critérios de exclusão		
CE1	O estudo não relata marginalização dos ambulantes;	
CE2	O estudo não relata poder público ajudando ambulantes na pandemia;	
CE3	Trabalhos que não apresentem resumo/abstract;	
CE4	O estudo traz informações incompletas. Falta o abstract;	
CE5	Faltam as palavras chaves.	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 11: Critérios de qualidade (CQ)		
CQ1	O texto apresenta coerência e coesão textual;	
CQ2	O texto aborda mais de duas palavras-chave utilizadas nas strings de busca;	

CQ3	Os métodos ou técnicas foram apresentados de forma objetiva;	
CQ4	O texto foi produzido a partir de um estudo de caso.	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 12: Score		
S1	Palavra-chave encontrada no título = 15 pontos por ocorrência	
S2	Palavra-chave encontrada no abstract = 10 pontos por ocorrência	
S3	Palavra-chave encontradas nas keywords = 5 pontos por ocorrência	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 13: critérios para extração		
CE1	Metodologia alinha técnicas quanti e quali	(sim/não)
CE2	Estudo aborda mais de duas keywords	(sim/não)
CE3	Estudo aborda metodologia que posso replicar	(sim/não)

Fonte: Elaboração própria

QUADROS DA RSL2:

Quadro 14: Critérios de inclusão		
CI1	O estudo relata implicações da pandemia no trabalho dos ambulantes;	
CI2	O estudo relata acordos entre a gestão pública e os ambulantes durante a pandemia;	
CI3	Trabalhos publicados e disponíveis integralmente nas bases científicas buscadas;	
CI4	Estudo relata enfrentamentos entre os ambulantes e a gestão pública durante a pandemia.	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 15: Critérios de exclusão		
CE1	O estudo não relata implicações da pandemia no trabalho dos ambulantes;	
CE2	O estudo não relata acordos entre a gestão pública e os ambulantes durante a pandemia;	
CE3	Trabalhos que não apresentem resumo/abstract;	
CE4	O estudo traz informações incompletas. Falta o abstract;	
CE5	Faltam as palavras chaves.	
CE6	Estudo não relata enfrentamentos entre os ambulantes e a gestão pública durante a pandemia.	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 16: Critérios de qualidade (CQ)		
CQ1	O texto apresenta coerência e coesão textual;	
CQ2	O texto aborda mais de duas palavras-chave utilizadas nas strings de busca;	
CQ3	Os métodos ou técnicas foram apresentados de forma objetiva;	
CQ4	O texto foi produzido a partir de um estudo de caso.	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 17: Score		
S1	Palavra-chave encontrada no título = 15 pontos por ocorrência	
S2	Palavra-chave encontrada no abstract = 10 pontos por ocorrência	
S3	Palavra-chave encontradas nas keywords = 5 pontos por ocorrência	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 18: critérios para extração		
CE1	Metodologia alinha técnicas quanti e quali	(sim/não)
CE2	Estudo aborda mais de duas keywords	(sim/não)
CE3	Estudo aborda metodologia que posso replicar	(sim/não)

Fonte: Elaboração própria

Quadro 19: Descrição da coleta de informações para contemplar o proposto nos objetivos específicos desta dissertação

Objetivos	Instrumento/técnica	Fonte de dados
<p>1 – Realizar pesquisa bibliográfica, com Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para identificar estudos que abordaram o fenômeno ‘trabalho informal ambulante’ no período amostral escolhido pela presente pesquisa e como os pesquisadores abordaram o tema.</p>	<p>1 – RSL: Utilização do “Protocolo Prisma” e da ferramenta Start;</p>	<p>1 – Bases de dados utilizadas para pesquisas do gênero;</p>
<p>2 – O segundo passo é definir as principais implicações da pandemia do Covid-19 sofridas pela categoria durante o auge do período pandêmico;</p>	<p>1 – Entrevistar representantes das entidades representativas da categoria ‘trabalhador ambulante’ e da prefeitura de João Pessoa;</p> <p>2 – Realizar pesquisa na imprensa.</p>	<p>1 – Utilizar redes sociais e telefone para efetivar as entrevistas;</p> <p>1 – Acessar portais de notícias locais e nacionais;</p>
<p>3 – Analisar as ações desenvolvidas pelo poder público municipal de João Pessoa para o segmento dos trabalhadores ambulantes durante o período estudado.</p>	<p>1 – Pesquisa documental: analisar se a PMJP planejou e/ou prestou contas de ações desenvolvidas para atender o segmento;</p> <p>2 – Pesquisa documental: analisar como o Código de Posturas do município de João Pessoa aborda o comércio informal ambulante em seus artigos.</p>	<p>1 – Portal da Transparência;</p> <p>2 – Site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.</p> <p>3 – Portal institucional da Prefeitura Municipal de João Pessoa.</p>

Quadro 20 – Itens do checklist de itens incluídos no relato de revisão sistemática utilizado, seguindo a Declaração Prism 2020

Seção/tópico	Nº	Ítem do checklist	Relatado na página nº
TÍTULO			
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise, ou ambos.	30
ABSTRACT			
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.	30-33
INTRODUÇÃO			
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.	
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e desenho de estudo (PICOS).	31
MÉTODOS			
Protocolo e registo	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado (ex. Endereço eletrônico), e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.	32
Critérios de elegibilidade de	6	Especifique características do estudo (ex. PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (ex. Anos considerados, idioma, se é publicado) usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa.	32
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (ex. Base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.	32
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.	90-91
Seção/tópico			
Nº			
Ítem do checklist			
Relatado na página nº			
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, busca, elegibilidade, os incluídos na revisão)	90-91

		sistemática, e, se aplicável, os incluídos na meta-análise).	
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (ex. formas para piloto, independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.	90-91
Lista dos dados	11	Liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (ex. PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer suposições ou simplificações realizadas.	
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito durante o estudo ou no nível de resultados), e como esta informação foi usada na análise de dados.	
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (ex. risco relativo, diferença média).	90-91
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (por exemplo, I ²) para cada meta-análise.	
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência acumulativa (ex. Viés de publicação, relato seletivo nos estudos).	
Análises adicionais	16	Descreva métodos de análise adicional (ex. Análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão), se realizados, indicando quais foram pré-especificados.	

RESULTADOS

Seleção de estudos	17	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.	57
Características dos estudos	18	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex. Tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.	58-68
Risco de viés entre estudos	19	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).	

Seção/tópico	Nº	Ítem do checklist	Relatado na página nº
Resultados de estudos individuais	20	Para todos os desfechos considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos	58-68

		de floresta.	
Síntese dos resultados	21	Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.	
Risco de viés entre estudos	22	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).	
Análises adicionais	23	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (ex. análise de sensibilidade ou subgrupos, metarregressão [ver item 16]).	
DISCUSSÃO			
Sumário da evidência	24	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex. profissionais da saúde, usuários e formuladores de políticas).	
Limitações	25	Discuta limitações no nível dos estudos e dos desfechos (ex. risco de viés) e no nível de revisão (ex. obtenção incompleta de pesquisas identificadas, relato de viés).	
Conclusões	26	Apresente a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.	58
FINANCIAMENTO			
Financiamento	27	Descreva fontes de financiamento para a revisão sistemática e outros suportes (ex. suprimento de dados), papel dos financiadores na revisão sistemática.	

FORMULÁRIOS UTILIZADOS

1 - ROTEIROS UTILIZADOS PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa – PRPG
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional – PGPCI
Atividade: Entrevista Semi-estruturada para a dissertação

Descrição da atividade: Entrevista semi-estruturada com lideranças (da associação e do sindicato) sobre o código de posturas de João Pessoa e a ação do poder público municipal durante a pandemia do Covid-19.

Entrevistada: Presidente da Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (Ameg).

Orientador: Prof^o Dr^o Vanderson Carneiro

Discente: Francisco de Assis Cordeiro da Silva

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1 – Enquanto liderança dos ambulantes em João Pessoa, você conhece, leu e utiliza o Código de Posturas Municipal com frequência?

Resposta:

Já lemos algumas coisas do Código de Posturas sim. Temos ele como algo construído que prejudica muito nosso povo.

2 - Porque há enfrentamento entre ambulantes e a prefeitura se há a previsão de autorização prévia para o funcionamento das atividades deles no artigo 232, parágrafo único do Código de Posturas de João Pessoa-PB:

Resposta:

O Código de Posturas prevê que o poder público dê a liberação, e ele justifica que não pode liberar porque vai virar bagunça, então libera apenas para alguns eventos e feiras. Mas

não liberam, por exemplo, na rua. No centro da cidade nunca houve liberação pelo poder público de autorização para os ambulantes funcionarem. Não liberam porque não querem.

3 - O processo de concessão das licenças para trabalhar pode ser melhorado em quais aspectos?

Resposta:

Hoje estamos em diálogo avançado para liberação com essa gestão. Mas ao mesmo tempo vivenciamos também retirada do nosso povo por conta de maldade de algumas pessoas do poder público. Agora por exemplo tem um TAC entre a prefeitura e o Ministério Público que simplesmente retira os trabalhadores da praia. Isso machuca e prejudica as pessoas trabalhadoras humildes. É uma medida higienista.

4 - Segundo a sua opinião, o atual Código de Posturas de João Pessoa corresponde às necessidades da categoria que você representa? Caso não corresponda, o que a categoria defende que mude neste documento?

Resposta:

É algo muito velho, que não serve pra hoje e pensamos em pedir que ele seja atualizado. Isso é algo que acontece e é discutido não só na Paraíba, mas também em várias partes do Brasil. O Código de Posturas é feito só pra prejudicar a gente.

5 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela categoria durante o auge da pandemia do Covid-19 (2020-2021)?

Resposta:

Foi no período da pandemia onde perdemos mais pessoas na nossa história de luta pela sobrevivência. Nosso povo foi muito afetado. Foi um grupo de pessoas que como têm casas muito pequenas e às vezes várias famílias morando dentro, ou até mesmo uma família, mas muitas pessoas nela, não dava pra ficar fechado dentro de casa.

Algumas pessoas viraram alcoólatras, houve muita agressão entre a família porque a gente vive de vender bebida. As bebidas têm data de validade. Pra não perder eles bebiam, pegavam a carne do espetinho e comiam com a bebida e depois ficavam com problemas e sem dinheiro. Houve separação, muitas mulheres agredidas. Mulheres me ligando dizendo que não estavam agüentando o marido. Muitas mulheres engravidaram no período da pandemia.

Quando não queriam ter relações alguns maridos ficavam dizendo que elas estavam com outro.

Nossa saúde mental, nosso processo psicológico ficou muito abalado. Como temos muitos grupos, essa informação de que morreu mais um deixava muita gente assustada. Principalmente quem já tinha outros problemas de saúde. Tudo isso afetou demais.

Quando precisou irmos às ruas nós fizemos parcerias com a O Boticário, entregamos álcool. Não tivemos nenhum apoio público, mas graças ao apoio do MPF o governo do Estado entregou cestas básicas para nós em vários momentos.

Na pandemia entendemos na prática que éramos muito mais fortes unidos. Foi um momento em que a gente se ajudou muito. Quem tinha mais ajudou quem tinha menos. Por exemplo: algumas mulheres ficaram viúvas e pessoas, clientes, fizeram doações e ajudaram. As mulheres ambulantes fizeram máscaras e foram vender nas ruas. Vi várias vezes ambulantes doarem máscaras para pessoas que não podiam pagar.

6 – Quais as ações realizadas pela prefeitura de João Pessoa para atender os ambulantes no período pandêmico?

Resposta:

A prefeitura foi muito ausente na vida dos ambulantes no período da pandemia. Ela não fez projeto algum, mas nós fomos atendidos (por ela) por meio de um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que vendo nossa situação fez um pedido à prefeitura para nos atender e houve doação de básicas naquele momento.

Na pandemia nós fomos atendidos por outros grupos, como por exemplo o próprio Ministério Público Federal (MPF), que foi parceiro entrando em contato com produtores de leite do Sertão e nós recebemos diversas vezes leite para nossas famílias.

Através do MPF nós recebemos mais de uma vez, do governo do Estado, cestas básicas para o nosso povo. O nosso povo foi o primeiro segmento a voltar para as ruas. Mesmo quando estava na quarentena, sempre quando tinha algo aberto os ambulantes estavam perto vendendo. Fomos nós, as mulheres a voltar a trabalhar. Precisava que os ambulantes estivessem nas ruas para as pessoas comprassem, o que ajudou os próprios ambulantes e aos que queriam comprar algo.

7 – O que a Gestão Pública municipal (Prefeitura Municipal de João Pessoa) poderia ter feito para diminuir as dificuldades enfrentadas pelos ambulantes durante o auge da pandemia?

Resposta:

O que a gente acredita que poderia ter sido feito (pela prefeitura) era ter ajudado muito mais nas doações de alimentos, porque eles tinham o cadastro do nosso povo. Todos eram cadastrados, principalmente o pessoal de eventos. Eles também tinham uma atualização do pessoal do centro, das feiras. Então a gente imaginava que seria mais fácil o acesso a alimentação no sentido de cestas básicas. Fomos atendidos uma única vez, mesmo assim porque o MPF obrigou. A outra situação é que em várias outras cidades ficamos sabendo que os prefeitos doaram valores financeiros. Não tivemos isso aqui e uma outra coisa: quando o comércio abriu, nós não fomos liberados. Voltamos pela nossa luta, pela nossa garra e porque temos coragem de enfrentar, mas não houve uma liberação. De forma alguma. Por exemplo: vender máscaras. Pessoas que trabalhavam em frente de supermercados, eles trabalhavam porque eram duros e suas necessidades os levaram ali. A gente voltou na dura, na tora.

Faltou um olhar do poder público no sentido de alimentação e também em quando o comércio voltou a abrir nós não fomos encaixados em nenhuma reunião para sermos respeitados e orientados. Tipo: olhe vocês vão trabalhar e vai ter essa assistência. Vocês vão ter um ponto para lavar as mãos. Vai ser colocado aqui um equipamento para os trabalhadores e população em geral.



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa – PRPG
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional – PGPCI
Atividade: Entrevista Semi-estruturada para a dissertação

Descrição da atividade: Entrevista semi-estruturada com lideranças dos ambulantes.

Entrevistado: Presidente da Associação da Feira da Rua da Praia (Asferap), diretor nacional da União dos Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil (Unicab) e representante da StreetNet Internacional para as Américas²⁵.

Orientador: Prof^o Dr^o Vanderson Carneiro

Discente: Francisco de Assis Cordeiro da Silva

Objetivo da entrevista: Identificar as implicações da pandemia para a categoria e o que foi feito pelas gestões públicas municipais no Brasil e nas américas para diminuir os seus efeitos.

ROTEIRO DA ENTREVISTA 2

1 – Enquanto liderança nacional dos ambulantes, como você avalia a atenção dada pelas prefeituras a estes trabalhadores (as) nos municípios brasileiros, durante o auge da pandemia (2020-2021)?

Resposta:

Deixou muito a desejar. Na minha opinião as gestões municipais trabalharam apenas em função da pressão do movimento organizado. Não houve uma ação sistemática que considerasse as demandas dos ambulantes.

2 – Quais as principais implicações que a pandemia trouxe para a categoria?

Resposta:

²⁵ Instituição internacional que congrega ambulantes de várias partes do mundo.

Houve um aumento no número de ambulantes nas ruas, também em função do aumento do desemprego gerado. Em compensação as gestões públicas não pensaram em instrumentos de política pública para atender a contento as novas demandas geradas pela categoria. Os ambulantes arriscaram a vida agindo de forma irresponsável, não porque queriam, mas porque eram obrigados para poderem sobreviver. Enquanto as outras categorias estavam em casa na quarentena, os ambulantes tinham que trabalhar pois o auxílio não era o suficiente para eles sobreviverem.

3 – O que as prefeituras poderiam ter feito para diminuir os efeitos das implicações sofridas pela categoria no período de auge da pandemia (2020-2021)?

Elas poderiam ter criado iniciativas que pensassem nos ambulantes não só de forma pontual, mas de maneira sistemática. A Convenção 204 da OIT tem sido trabalhada por nós enquanto movimento para propor melhorias significativas que considerem os ambulantes. Dois terços dos trabalhadores do mundo estão na informalidade. Queremos que instrumentos como o MEI sejam utilizados para formalizar, mas queremos estar onde há comércio e esses espaços são as ruas. Queremos ser MEI, mas queremos estar nas ruas.

4 – Enquanto representante internacional da categoria quais as similaridades que você apontaria entre as gestões públicas municipais e a forma como os ambulantes foram tratados nos demais países das Américas no período de auge da pandemia (2020-2021)?

Resposta:

Em praticamente todos os países do mundo os camelôs passaram pelas mesmas dificuldades para trabalhar e colocaram suas vidas em risco da mesma forma.

5 – Como a categoria saiu da pandemia enquanto movimento?

Resposta:

Saímos mais decididos a lutar pelos nossos direitos. Atualmente estamos sendo vítimas de um sistemático processo de marginalização, mas não vamos nos acovardar. Vamos à luta pelo direito à cidade. Somos trabalhadores e o direito ao trabalho é um direito humano e universal.

6 – Quais os principais argumentos das gestões públicas municipais para não atender às demandas da categoria durante o auge da pandemia?

Resposta:

Eles não se importam em dar satisfação, simplesmente ignoram a existência da categoria como se ela fosse invisível.

7 – Em quais aspectos a atenção dada pelas prefeituras poderia ter contribuído mais com as demandas dos ambulantes brasileiros?

Resposta:

Criação de projetos que pensassem as diversas particularidades do trabalho ambulante, desde a geração de renda à questão do apoio psicológico que a categoria precisou após as inúmeras perdas de vidas sofridas.



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa – PRPG
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional – PGPCI
Atividade: Entrevista Semi-estruturada para a dissertação

Descrição da atividade: Entrevista semi-estruturada com representantes da PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa) sobre o código de posturas de João Pessoa e a ação do poder público municipal durante a pandemia do Covid-19.

Entrevistado:

Orientador: Prof^o Dr^o Vanderson Carneiro

Discente: Francisco de Assis Cordeiro da Silva

Objetivo da entrevista: identificar as ações realizadas pela PMJP para diminuir as implicações sofridas pelos ambulantes durante o auge da pandemia (2020-2021) e assuntos afins.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

Nome do entrevistado: _____

Função na PMJP: _____

Registro funcional: _____

Perguntas

1 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela prefeitura para lidar com a categoria dos trabalhadores ambulantes durante o auge da pandemia de Covid-19 (2020-2021)?

Resposta:

2 – Quais ações foram realizadas pela PMJP para atender a categoria durante o auge da pandemia do Covid-19 (2020-2021)?

Resposta:

3 – Além das ações elencadas, o que a Gestão Pública municipal (Prefeitura Municipal de João Pessoa) poderia ter feito para diminuir as dificuldades enfrentadas pelos ambulantes durante o auge da pandemia e porque elas não foram implementadas?

Resposta:

4 - O processo de concessão das licenças para trabalhar pode ser melhorado em quais aspectos?

Resposta:

5 - Segundo a sua opinião o atual Código de Posturas de João Pessoa corresponde às necessidades do poder público? Caso não corresponda, o que poderia mudar neste documento?

Resposta:

6 - Porque há enfrentamento entre ambulantes e a prefeitura se há a previsão de autorização prévia para o funcionamento das atividades deles no artigo 232, parágrafo único do Código de Posturas de João Pessoa-PB?

Resposta:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO²⁶

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO DO PROJETO: MARGINALIZAÇÃO E ABANDONO: O TRABALHO INFORMAL AMBULANTE EM JOÃO PESSOA-PB NOS ANOS DE 2020 E 2021, AUGE DA PANDEMIA DO COVID-19.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (PGPCI-UFPB)

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR VANDERSON CARNEIRO

TELEFONES PARA CONTATO:

Nome do voluntário: _____ Idade: _____ anos: R.G. _____

O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “MARGINALIZAÇÃO E ABANDONO: o trabalho informal ambulante em João pessoa-pb nos anos de 2020 e 2021, auge da pandemia do Covid-19”, de responsabilidade do pesquisador: Francisco de Assis Cordeiro da Silva.

O presente projeto de pesquisa busca analisar aspectos relacionados aos desafios enfrentados pelos trabalhadores informais ambulantes durante o auge do período pandêmico e como a gestão pública municipal tratou a categoria neste momento (nosso objeto de estudo são os ambulantes do município de João Pessoa. A metodologia do presente projeto adota Revisão Sistemática de Literatura, bem como análise documental.

O entrevista do poderá tirar quaisquer dúvidas sobre assuntos relacionados à entrevista através do telefone de contato do pesquisador (83 9 9300 0690). Os resultados desta pesquisa devem ajudar ao debate em torno da defesa dos direitos dos trabalhadores informais ambulantes e também a aumentar o número de informações que contribuam para ajudar a categoria ser respeitada pelo poder público e lembrado no ordenamento urbano das cidades.

A participação na pesquisa é voluntária, não gerando, por tanto, nenhuma obrigação financeira por parte do pesquisador. As informações obtidas serão utilizadas para este estudo, no entanto será garantida a confidencialidade e a privacidade do entrevistado

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

João Pessoa, _____ de outubro de 2023

Nome e assinatura

Testemunha

Testemunha

Informações relevantes ao pesquisador responsável:

Res. 196/96 – item IV.2: O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- c) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

²⁶ Documento adaptado para a pesquisa supracitada (PGPCI-UFPB).

Casos especiais de consentimento:

1. Pacientes menores de 16 anos – deverá ser dado por um dos pais ou, na inexistência destes, pelo parente mais próximo ou responsável legal;
2. Paciente maior de 16 e menor de 18 anos – com a assistência de um dos pais ou responsável;
3. Paciente e/ou responsável analfabeto – o presente documento deverá ser lido em voz alta para o paciente e seu responsável na presença de duas testemunhas, que firmarão também o documento;
4. Paciente deficiente mental incapaz de manifestação de vontade – suprimento necessário da manifestação de vontade por seu representante legal.

ANEXOS

ANEXO 1

Os anexos 1,2 e 3 mostram o registro das buscas realizadas na base de dados da Scielo

02/11/2023, 16:29

Pesquisa | SciELO

()

Seu histórico de pesquisa

Limpar lista

Id.	Busca	Resultados	Ações
#33	Expressão: (gestão pública) AND (pandemia) AND (trabalho informal) Filtros aplicados:	0	
#32	Expressão: (gestão pública) AND (pandemia) AND (informais) Filtros aplicados:	0	
#31	Expressão: (gestão pública) AND (pandemia) AND (ambulantes) Filtros aplicados:	0	
#30	Expressão: (ambulantes) AND (gestão pública) AND (pandemia) Filtros aplicados:	0	
#29	Expressão: (ambulantes) AND (gestão pública) Filtros aplicados:	0	
#28	Expressão: (ambulantes) AND (gestão pública) AND (dificuldades) Filtros aplicados:	0	
#27	Expressão: (ambulantes) AND (gestão pública) AND (Covid-19) Filtros aplicados:	0	
#26	Expressão: (ambulantes) AND (prefeituras) AND (Covid-19) Filtros aplicados:	0	
#25	Expressão: (ambulantes) AND (prefeitura) AND (Covid-19) Filtros aplicados:	0	
#24	Expressão: ambulantes Filtros aplicados: (Coleções: Brasil) (Coleções: Colômbia) (Coleções: México) (Coleções: Chile) (Coleções: Cuba) (Coleções: Argentina) (Coleções: Bolívia) (Coleções: Costa Rica) (Coleções: Peru) (Coleções: Ecuador) (Coleções: Espanha) (Coleções: Paraguai) (Coleções: Venezuela) (Periódico: Diálogos Revista Electrónica de Historia) (Periódico: Mendive. Revista de Educación) (Periódico: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais) (Periódico: Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología) (Periódico: Gestión y política pública) (Periódico: Historia mexicana) (Periódico: Problemas del desarrollo) (Periódico: Psicología en Estudio) (Periódico: Revista Brasileira de Estudos de População) (Periódico: Revista de Administração (São Paulo)) (Periódico: Revista de Estudios Sociales) (Periódico: Revista de História (São Paulo)) (Periódico: Revista de Investigación Psicológica) (Periódico: Revista latinoamericana de derecho social) (Periódico: Revista mexicana de sociología) (Periódico: Revista pueblos y fronteras digital) (Periódico: Sociedad y Economía) (Periódico: Tempo Social) (Periódico: Tendencias) (Periódico: Trabajo y sociedad) (Periódico: Iconos. Revista de Ciencias Sociales)	24 (<a (são="" \"antipoda.="" \"arg\"="" \"bol\"="" \"chl\"="" \"col\"="" \"cri\"="" \"cub\"="" \"ecu\"="" \"esp\"="" \"gestión="" \"historia="" \"iconos.="" \"mendive.="" \"mex\"="" \"per\"="" \"problemas="" \"pry\"="" \"psicología="" \"revista="" \"sociedad="" \"tempo="" \"tendencias\"="" \"trabajo="" \"ven\")="" administración="" and="" antropología="" arqueología\"="" brasileira="" ciencias="" de="" del="" derecho="" desarrollo\"="" digital\"="" e="" economía\"="" educación\"="" electrónica="" en="" estudio\"="" estudios="" estudos="" fronteras="" historia\"="" história="" href="https://search.scielo.org/?q=ambulantes AND in:(\" investigación="" journal_title:(\"diálogos="" latinoamericana="" mexicana="" mexicana\"="" or="" paulo)\"="" política="" população\"="" psicológica\"="" pueblos="" pública\"="" regionais\"="" revista="" scil\"="" social\"="" sociales\"="" sociales\")&lang='pt&page=1"' sociedad\"="" sociología\"="" urbanos="" y="">https://search.scielo.org/?q=ambulantes AND in:(\"scil\" OR \"col\" OR \"mex\" OR \"chl\" OR \"cub\" OR \"arg\" OR \"bol\" OR \"cri\" OR \"per\" OR \"ecu\" OR \"esp\" OR \"pry\" OR \"ven\") AND journal_title:(\"Diálogos Revista Electrónica de Historia\" OR \"Mendive. Revista de Educación\" OR \"Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais\" OR \"Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología\" OR \"Gestión y política pública\" OR \"Historia mexicana\" OR \"Problemas del desarrollo\" OR \"Psicología en Estudio\" OR \"Revista Brasileira de Estudos de População\" OR \"Revista de Administración (São Paulo)\" OR \"Revista de Estudios Sociales\" OR \"Revista de História (São Paulo)\" OR \"Revista de Investigación Psicológica\" OR \"Revista latinoamericana de derecho social\" OR \"Revista mexicana de sociología\" OR \"Revista pueblos y fronteras digital\" OR \"Sociedad y Economía\" OR \"Tempo Social\" OR \"Tendencias\" OR \"Trabajo y sociedad\" OR \"Iconos. Revista de Ciencias Sociales\")&lang=pt&page=1)	
#23	Expressão: ambulantes Filtros aplicados: (Coleções: Brasil) (Coleções: Colômbia) (Coleções: México) (Coleções: Chile) (Coleções: Cuba) (Coleções: Argentina) (Coleções: Bolívia) (Coleções: Costa Rica) (Coleções: Peru) (Coleções: Ecuador) (Coleções: Espanha) (Coleções: Paraguai) (Coleções: Venezuela) (SciELO Áreas Temáticas: Ciências Sociais Aplicadas) (SciELO Áreas Temáticas: Ciências Humanas) (SciELO Áreas Temáticas:)	0	

ANEXO 2

02/11/2023, 16:29

Pesquisa | SciELO

#22	Expressão: ambulantes Filtros aplicados: (Coleções: Brasil) (Coleções: Colômbia) (Coleções: México) (Coleções: Chile) (Coleções: Cuba) (Coleções: Argentina) (Coleções: Bolívia) (Coleções: Costa Rica) (Coleções: Peru) (Coleções: Ecuador) (Coleções: Espanha) (Coleções: Paraguai) (Coleções: Venezuela)	92 (<a \"arg\"="" \"bol\"="" \"chl\"="" \"col\"="" \"cri\"="" \"cub\"="" \"ecu\"="" \"esp\"="" \"mex\"="" \"per\"="" \"pry\"="" \"ven\")&lang='pt&page=1"' href="https://search.scielo.org/?q=ambulantes AND in:(\" or="" scf\"="">https://search.scielo.org/?q=ambulantes AND in:(\"scf\" OR \"col\" OR \"mex\" OR \"chl\" OR \"cub\" OR \"arg\" OR \"bol\" OR \"cri\" OR \"per\" OR \"ecu\" OR \"esp\" OR \"pry\" OR \"ven\")&lang=pt&page=1)
#21	Expressão: ambulantes Filtros aplicados:	106 (https://search.scielo.org/?q=ambulantes&lang=pt&page=1)
#20	Expressão: (ambulantes) AND (pandemia) AND (prefeitura) AND (pandemia) Filtros aplicados:	0
#19	Expressão: (ambulantes) AND (pandemia) AND (implicações) AND (pandemia) Filtros aplicados:	0
#18	Expressão: (ambulantes) AND (pandemia) AND (dificuldades) AND (pandemia) Filtros aplicados:	0
#17	Expressão: Ambulantes durante a pandemia Filtros aplicados:	2 (https://search.scielo.org/?q=ambulantes durante a pandemia&lang=pt&page=1)
#16	Expressão: trabalho informal ambulante durante a pandemia Filtros aplicados:	0
#15	Expressão: dificuldades do trabalho informal ambulante durante a pandemia Filtros aplicados:	0
#14	Expressão: (trabalho informal) AND (pandemia) AND (ambulantes) AND (enfrentamentos) AND (dificuldades) Filtros aplicados:	0
#13	Expressão: (trabalho informal) AND (pandemia) AND (dificuldades) Filtros aplicados:	3 (https://search.scielo.org/?q=(trabalho informal) AND (pandemia) AND (dificuldades)&lang=pt&page=1)
#12	Expressão: (ambulantes) AND (pandemia) Filtros aplicados:	2 (https://search.scielo.org/?q=(ambulantes) AND (pandemia)&lang=pt&page=1)
#11	Expressão: enfrentamentos entre os ambulantes e as prefeituras durante a pandemia Filtros aplicados:	0
#10	Expressão: (trabalho informal) AND (ambulantes) AND (pandemia) Filtros aplicados:	1 (https://search.scielo.org/?q=(trabalho informal) AND (ambulantes) AND (pandemia)&lang=pt&page=1)
#9	Expressão: (dificuldades) AND (ambulantes) AND (pandemia) Filtros aplicados:	0
#8	Expressão: ("trabalho informal") AND ("vendedores ambulantes") AND ("pandemia") OR ("implicações") AND ("prefeitura") AND ("gestão pública") Filtros aplicados:	0
#7	Expressão: ("trabalho informal") AND ("vendedores ambulantes") AND ("pandemia") Filtros aplicados:	1 (<a (\"pandemia\")&lang='pt&page=1"' (\"vendedores="" ambulantes\")="" and="" href="https://search.scielo.org/?q=(\" informal\")="" trabalho="">https://search.scielo.org/?q=(\"trabalho informal\") AND (\"vendedores ambulantes\") AND (\"pandemia\")&lang=pt&page=1)
#6	Expressão: ("trabalho informal") AND ("vendedores ambulantes") AND ("pandemia") AND ("dificuldades") Filtros aplicados:	0
#5	Expressão: ("trabalho informal") AND ("vendedores ambulantes") AND ("pandemia") AND ("dificuldades") AND ("gestão") AND ("prefeitura") AND ("implicações") Filtros aplicados:	0
#4	Expressão: "trabalho" AND "rua" OR "vendedores ambulantes" OR "informalidade" OR "pandemia" AND "prefeituras" OR "dificuldades" AND "implicações" AND "enfrentamento" Filtros aplicados:	0
#3	Expressão: 'trabalho' AND 'rua' OR 'vendedores ambulantes' OR 'informalidade' OR 'pandemia' AND 'prefeituras' AND 'OR' 'dificuldades' AND 'implicações' AND 'enfrentamento' Filtros aplicados:	0
#2	Expressão: "trabalho" AND "rua" OR "vendedores ambulantes" OR "informalidade" OR "pandemia" AND "prefeituras" AND "OR" "dificuldades" AND "implicações" AND "enfrentamento" Filtros aplicados:	0
#1	Expressão: * Filtros aplicados:	1.165.593 (https://search.scielo.org/?q=*&lang=pt&page=1)

ANEXO 3

02/11/2023, 16:29

Pesquisa | SciELO



SciELO - Scientific Electronic Library Online
Rua Dr. Diogo de Faria, 1087 - 9º andar - Vila Clementino 04037-003 São Paulo/SP - Brasil
Email: scielo@scielo.org



(<http://www.fapesp.br/>)



(<http://www.cnpq.br/>)



(<http://regional.bvsalud.org/php/index.php?lang=pt>)



(<http://regional.bvsalud.org/bvs/bireme/homepage.htm>)



Fundação de Apoio à
Universidade Federal de São Paulo



Todo o conteúdo de www.scielo.org, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons. (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>)
saiba mais »

ANEXO 4

The screenshot displays the 'TCE-PB Tramita' web application interface. At the top, there is a navigation bar with the application logo and several utility icons: 'Listagem de Processos', 'Listagem de Documentos', 'Gerenciar PUSH', and a home icon. Below the navigation bar, the main heading is 'Listar Processos'. The interface is divided into two main sections: a search filter panel on the left and a results table below.

The search filter panel includes the following fields:

- Número de Protocolo: [Empty text input]
- Categoria: Acompanhamento de Gestão (dropdown)
- Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais (dropdown)
- Exercício: 2020 (text input)
- Data de Entrada entre: [Empty text input] to [Empty text input]
- Jurisdicionado (Nome): Prefeitura de João Pessoa (text input)
- Tipo: Todos (dropdown)
- Ente: Todos (dropdown)
- Previdenciário: Todos (dropdown)
- Relator: Todos (dropdown)
- Interessado(s) (Nome): [Empty text input]
- Interessado(s) (CPF/CNPJ): [Empty text input]
- Situação Juntada: Todos (dropdown)
- Fase: Todos (dropdown)
- Estágio: Todos (dropdown)
- Julgado: Todos (dropdown)
- Estado: Todos (dropdown)
- Digital: Todos (dropdown)
- Assunto: [Empty text input]
- Cancelado: Ativo (dropdown)
- Procurar: [Procurar button]

Below the filters is a table with the following columns: Número de Protocolo, Data de Entrada, Subcategoria, Jurisdicionado, Exercício, Setor, Juntado, Estágio, Assunto. A single row of results is visible:

Número de Protocolo	Data de Entrada	Subcategoria	Jurisdicionado	Exercício	Setor	Juntado	Estágio	Assunto
Proc. 07589/21	15/04/2021 20:03	PCA - Prestação de Contas Anuais	Prefeitura Municipal de João Pessoa	2020	ARQUIVO DIGITAL	Livre	Decisão Publicada	

At the bottom right of the page, there is a Windows watermark: 'Ativar o Windows. Acesse Configurações para ativar o Windows.'